

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SÃO PAULO
Campus Caraguatatuba

TECNOLOGIA EM PROCESSOS GERENCIAIS

NATALIA OLIVEIRA DE PAULA

**O PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO
ORIENTADO E SUA DIFERENCIAÇÃO DO PROJETO BANCO
GRAMEEN – UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS DOIS MODELOS.**

CARAGUATATUBA - SP
2015

NATALIA OLIVEIRA DE PAULA

**O PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO
ORIENTADO E SUA DIFERENCIAÇÃO DO PROJETO BANCO
GRAMEEN – UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS DOIS MODELOS**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado ao Instituto Federal de
Educação, Ciências e Tecnologia, como
exigência parcial à obtenção do título de
Tecnólogo em Processos Gerenciais.

Orientador (a): Professora Doutora Maria
do Carmo Cataldi Mutterle

CARAGUATATUBA - SP
2015

P324p Paula, Natalia Oliveira de
O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado e sua diferenciação do projeto Banco Grameen : uma análise comparativa dos dois modelos / Natalia Oliveira de Paula. – Caraguatatuba, 2015.
70 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Processos Gerenciais) -- Instituto Federal de São Paulo, Câmpus Caraguatatuba, 2015.

1. Microcrédito. 2. Empreendedorismo. 3. Desenvolvimento social. I. Título.

CDD 658.4012

NATALIA OLIVEIRA DE PAULA

**O PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO
ORIENTADO E SUA DIFERENCIAÇÃO DO PROJETO BANCO
GRAMEEN – UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS DOIS MODELOS**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado ao Instituto Federal de
Educação, Ciências e Tecnologia, como
exigência parcial à obtenção do título de
Tecnólogo em Processos Gerenciais.

Orientador (a): Professora Doutora Maria
do Carmo Cataldi Mutterle

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Doutora Maria do Carmo Cataldi Mutterle

Prof. Mestre Ricardo Maroni Neto

Prof. Especialista Cesar Augusto Ilódio Alves

NATALIA OLIVEIRA DE PAULA

**O PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO
ORIENTADO E SUA DIFERENCIAÇÃO DO PROJETO BANCO
GRAMEEN – UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS DOIS MODELOS**

**AUTORIZAÇÃO PARA DEPÓSITO DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Com base no disposto da Lei Federal nº 9.160, de 19/02/1998, AUTORIZO ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Campus Caraguatatuba - IFSP, sem ressarcimento dos direitos autorais, a disponibilizar na rede mundial de computadores e permitir a reprodução por meio eletrônico ou impresso do texto integral e/ou parcial da OBRA acima citada, para fins de leitura e divulgação da produção científica gerada pela Instituição.

Caraguatatuba-SP, ____ / ____ / ____

Natalia Oliveira de Paula

Declaro que o presente Trabalho de Conclusão de Curso, foi submetido a todas as Normas Regimentais da Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Campus Caraguatatuba - IFSP e, nesta data, AUTORIZO o depósito da versão final desta monografia bem como o lançamento da nota atribuída pela Banca Examinadora.

Caraguatatuba-SP, ____ / ____ / ____

Prof^ª. Doutora Maria do Carmo Cataldi Mutterle

Dedico esta pesquisa à Deus que nunca me faltou, aos meus pais que sempre me apoiaram, minha irmã que sempre me estimulou e a minha querida e amada Vó Maria, que nunca me abandonou em suas preces.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, o ser maior e superior, aquele que está sempre comigo, mesmo quando não o vejo. A minha mãe que me ensinou a não desistir e buscar ser sempre a melhor, ao meu pai por fazer esse curso comigo, me buscando todas as noites intermináveis fossem de calor ou frio. A minha irmã, por me avisar lá no começo que não seria fácil, incentivar meus estudos e me impulsionar a ser sempre maior.

A minha amiga querida e carona diária Gisele, por todos os dias me levar e por muitas vezes mesmo sem saber me impedir de matar aula por pura preguiça ou por me ajudar com este trabalho solicitando livros na sua matrícula. Aos meus amigos mais que especiais Augusto, Luma e Mariana por me acolherem mesmo sendo a mais chata do nosso quarteto fantástico. Aos meus companheiros de PIN Natalia (xará) e Masahide por me acolherem quando o trio de cima me deixou sozinha com meu TCC. Acrescento aqui meu agradecimento a todos aqueles que conviveram comigo durante esse tempo de loucura de uma segunda faculdade, meus amigos que não falo quase nunca e tampouco vejo, obrigada por continuarem aí.

Minha fada querida e revisora de última hora Arevi ou como sempre Lah, por atender meu chamado em cima do prazo e ler esse trabalho com seu coração e olho clínico, muito obrigada.

Aos doutores, mestres, especialistas, professores, mas principalmente incentivadores do Curso de Processos Gerenciais, por todo conhecimento compartilhado. À professora Marlette, pelos puxões de orelha e por cobrar tanto de mim nas aulas de Metodologia, pois se não fosse a insistência dela, o projeto não estaria concluído e hoje o trabalho não seria apresentado. Por fim à minha querida orientadora professora Doutora Maria do Carmo Cataldi Muterle, mas para mim sempre carinhosamente Carminha, por acreditar em meu trabalho mais que eu mesma e estar sempre ali acalmando meus medos e desesperos com um único olhar, nunca me abandonando durante esta interminável pesquisa, eu sempre lhe serei grata por tudo.

As pessoas pobres são pessoas bonsai.
Não há nada de errado com suas
sementes, mas a sociedade nunca lhes

deu a base adequada a partir da qual pudessem crescer.

Muhammad Yunus

RESUMO

O microcrédito como conhecemos hoje teve sua origem na década de 70 e tornou-se mundialmente conhecido graças ao projeto do professor de economia Yunus, que consistia em conceder empréstimos aos aldeões da região de Jobra em Bangladesh na Ásia. Seu projeto iniciou-se quando o próprio emprestou de seu dinheiro 27 dólares que ajudaram 42 famílias a saírem da condição semiescrava e nunca mais parou, presenteando Yunus com um Prêmio Nobel da Paz. Com o passar dos anos muitos outros projetos de microcrédito se desenvolveram ao redor do mundo e no Brasil em meados da década passada foi regulamentado o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. O programa consiste além da concessão do crédito em também, dar suporte e treinamento às instituições operadoras de microcrédito no Brasil. Baseado na essência e objetivo de ambos os modelos esta pesquisa tem por objetivo, verificar o quão distante se encontra o programa brasileiro das origens direcionadas por Yunus desde a década de 70. O estudo caracteriza-se como bibliográfico e documental e as fontes consultadas foram livros, documentos, relatórios e legislações de ambos os modelos com o objetivo de comparar e relacionar os dados a fim de diagnosticar se ambos cumprem o mesmo papel perante o desenvolvimento do indivíduo beneficiado.

Palavras-chaves: Microcrédito, microempreendedor, empreendedorismo, desenvolvimento social, erradicação da pobreza.

ABSTRACT

Microcredit we know originated in the 70s and became known worldwide due to Yunus economics professor project, which consisted of loans to villagers in Jobra region in Bangladesh in Asia. The project began when the very borrowed \$ 27 of your money that helped 42 families out of semi-slave condition and never stopped presenting Yunus a Nobel Peace Prize. Over the years many other microcredit projects have developed around the world and in Brazil in the late 2000s was regulated the Programa Nacional de Microcredito Produtivo Orientado. The program is to provide support and training to microfinance institutions operators in Brazil. Basedo the essence and goal of both models this research aims, check how far is the Brazilian program of the origins directed by Yunus since the decade of 70. The study is characterized as bibliographic and documentary and sources were consulted books, documents, reports and legislation of both models in order to compare and relate the data to diagnose if both fulfill the same role towards the development of the individual beneficiary.

Keywords: microfinance, microeempreendedor, entrepreneurship, social development, poverty eradication.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Índice de incidência da pobreza	18
Quadro 2 - 16 Diretrizes	24
Quadro 3 - Mudanças ocorridas no modelo Grameen	26
Quadro 4 - Origem	35
Quadro 5 - Objetivos	37
Quadro 6 - Público Alvo	38
Quadro 7 - Proporção de contratos por habitantes e gênero	39
Quadro 8 - Operacionalização.....	40
Quadro 9 - Divergências	42
Quadro 10 - Semelhanças	43
Quadro 11 - Comparativo Geral	44

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	Conceito de Liberdade Segundo Amartya SEN	15
2.1.1	Liberdades Substantivas.....	15
2.1.2	Liberdades Instrumentais.....	16
2.2	Conceito de Pobreza.....	17
2.3	Microcrédito	18
2.4	Os países Receptores dos Programas	19
2.4.1	Bangladesh	19
2.4.2	Brasil.....	19
2.5	O Modelo Grameen.....	20
2.5.1	Histórico	20
2.5.2	A preferência pela mulher no Grameen	22
2.5.3	A concessão exclusiva aos grupos	22
2.5.4	As Dezesesseis Diretrizes	23
2.5.5	As mudanças do modelo	25
2.6	Modelo Brasileiro de Microcrédito	27
2.6.1	Histórico	27
2.6.2	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	28
2.6.3	Concessão exclusiva aos microempreendedores.....	29
2.6.4	A obrigatoriedade do agente de crédito	30
2.6.5	As instituições financeiras concessórias de microcrédito	31
3	METODOLOGIA	33
3.1	Caracterização da Pesquisa	33
3.2	Coleta de Dados:	33
3.3	Parâmetros comparativos dos objetos de estudo	34
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	35
4.1	Histórico	35
4.2	Objetivo dos programas	35
4.3	Público Alvo e exigências de enquadramento	37

4.3.1	A Predominância da Mulher.....	39
4.4	Operacionalização	40
4.5	Divergências nos Modelos	41
4.6	As Semelhanças nos modelos.....	42
4.7	Comparação geral dos modelos	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	Referências	47

1 INTRODUÇÃO

O microcrédito surgiu como alternativa para o público de baixa renda em locais, onde homens e mulheres abaixo da linha da pobreza trabalhavam em um sistema semelhante ao escravo (YUNUS e JOLIS, 2006).

Atualmente tem como público alvo o empreendedor sendo este informal ou formal e seu principal objetivo é o subsidio da produção de pequenos empreendedores colaborando assim para a geração de renda, tendo como algumas de suas características a inclusão no mercado de crédito, o desenvolvimento social e o incentivo ao desenvolvimento do empreendedorismo de pequeno porte, este último visto como meio subsidiário de liberdades econômicas e sociais.

Em Bangladesh na Ásia, é visto como um dos principais fatores na contribuição para a erradicação da pobreza, devido ao trabalho comunitário e de orientação ao qual o microcrédito encontra-se vinculado.

Ao longo da pesquisa apresentamos a experiência do Banco Grameen e sua influência para o microcrédito mundial, apresentamos também a história desta modalidade de crédito no Brasil desde a primeira experiência nos estados da Bahia e de Pernambuco, com a criação de programas como o PortoSol, VivaCred e CrediAmigo até instituição da Associação Brasileira de Desenvolvimento do Microcrédito que futuramente deu origem ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PMNPO o segundo modelo estudado, este tendo como um de seus principais objetivos incentivar a concepção de renda e trabalho entre os microempreendedores populares.

A questão problema da pesquisa é: o quão distante do microcrédito praticado pelo Grameen está o microcrédito praticado atualmente pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado? Tal qual foi determinada a fim de diagnosticar as semelhanças e diferenças entre os dois modelos e quais suas contribuições para o desenvolvimento do indivíduo como pessoa. No Banco Grameen, existe a busca na melhora da qualidade de vida de seus membros, além da oferta de crédito. Através do PNMPO, foram criados subsídios, legislações e normativos que tem como característica orientação ao empreendedorismo para melhor utilização do crédito adquirido.

Os dados foram coletados por meio de uma pesquisa exploratória com análise comparativa, estes serão analisados e comparados, a fim de cumprir o

propósito diagnóstico proposto no problema. Foram analisadas legislações, documentos e livros, além de trabalhos e artigos científicos desenvolvidos ao longo dos últimos anos, com maior ênfase no período após a criação do PNMPO em 2005.

A organização do material teórico acolheu para análise documentos e bibliografias a respeito de temas como: o microcrédito e sua contribuição para o desenvolvimento social, suas características como alternativa de inclusão bancária, sua colaboração como provedor de capitais humanos e sociais, as características do microcrédito ao longo das últimas quatro décadas, os diferenciais na contratação do microcrédito praticado em Bangladesh e o praticado atualmente no Brasil com o PNMPO, além de análises de relatórios de ambos os modelos a fim de promover o diagnóstico e relacionar dados de sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico do público alvo destes programas, fatores estes aqui apresentados na forma desta análise.

Esta pesquisa começa com a apresentação do referencial teórico que foi dividido em quatro partes.

Começando pela definição do conceito de liberdade na visão de Amartya Sen, uma vez que um dos principais objetivos de ambos programas seja o desenvolvimento, e para Sen a ampliação das liberdades leva ao desenvolvimento.

Em seguida apresenta-se o conceito de pobreza, pela visão social e econômica mais precisamente neste segundo caso pela visão do Banco Mundial na concepção de linha da pobreza.

A sequência apresenta a trajetória do Grameen, desde sua origem aos dias atuais, apresentando suas particularidades, por meio de artigos, e dos livros escritos pelo próprio Yunus. Serão apresentadas as particularidades, como a preferência pelo público feminino, os centros comunitários onde ocorrem as reuniões semanais e as mudanças ao longo dos anos.

No último bloco do referencial teórico teremos a origem, o embasamento legal e as metodologias do PNMPO. Serão apresentados os objetivos, a preferência pelo empreendedor e também a importante figuração do agente de microcrédito.

Após o referencial teórico, apresenta-se a metodologia utilizada para a realização desta pesquisa, desde a caracterização da mesma como a escolha dos dados a serem analisados.

O penúltimo capítulo apresenta a análise e discussão dos dados, de forma comparativa. Serão apresentados quadros e análises das principais características

de ambos os projetos, com a finalidade de evidenciar suas semelhanças e diferenças, seus públicos e a possível contribuição para o desenvolvimento da população atendida.

O último capítulo apresenta, por fim a conclusão desta e as sugestões da autora para futuras pesquisas sobre o tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para a execução deste trabalho foi efetuada pesquisa bibliográfica e documental, com base nos conteúdos escritos sobre o modelo do Grameen e também sobre os programas implantados no Brasil, até a configuração do PNMPO em 2005, que foram as fontes analisadas nesta pesquisa. Foram também pesquisados temas como o conceito de Liberdade e Pobreza, para melhor elaboração das análises.

2.1 CONCEITO DE LIBERDADE SEGUNDO AMARTYA SEN

A liberdade relaciona-se com a pobreza e com o desenvolvimento de tal modo que o suprimento da privação de liberdades sociais, econômicas e de sobrevivência são consideradas por Sen (2010), o principal meio para o desenvolvimento.

Para o autor, todas as garantias e liberdades disponibilizadas através do acesso ao dinheiro, oportunidades sociais e políticas contribuem para o desenvolvimento do indivíduo.

O conceito desenvolvido, relaciona a liberdade com as capacidades, os processos e as oportunidades, devendo ser visto como um meio capaz de levar pessoas para a expansão, devido a consideração de que a carência de liberdades e pobreza econômica são a mesma coisa.

As capacidades são citadas durante toda o debate sobre o tema, pois para Sen (2010) estas consistem em possibilidades à serem exploradas por um indivíduo ou como mesmo citou: “A capacidade de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja a realização é factível para ela” (p.105).

No entanto de acordo com a perspectiva de Sen (2010), o agente é livre e sustentável, sendo capaz de transitar entre as liberdades que se dividem de acordo com seu papel constitutivo ou instrumental, sendo as constitutivas as liberdades substantivas e as instrumentais chamadas de liberdades instrumentais.

2.1.1 Liberdades Substantivas

O papel constitutivo da liberdade, o qual se refere a liberdade substantiva, trata-se poder do agente em tornar-se capaz de evitar, privações, tais quais falta de

conhecimento, moradia, fome, entre outros, tornando-a complexa sua análise, pois o seu centro baseia-se no conceito de capacidade, para a definição do conceito de pobreza (SILVA, 2011). Conforme Sen (2010, p.105):

“A capacidade de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para se ter estilos de vida diversos).”

Este pensamento, reflete o desenvolver da liberdade, como desenvolver o indivíduo, pois nem sempre os fatores externos influenciam e são determinantes no seu poder (ou capacidade) de escolha, mas sim a quantidade e qualidade das opções de escolhas que lhe permitem a liberdade de desenvolver e desfrutar.

2.1.2 Liberdades Instrumentais

As liberdades instrumentais são subdivididas em cinco tipos distintos e classificadas por Sen (2010, p. 58) da seguinte forma: “ (1) liberdades políticas, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparência e (5) segurança protetora” tornando o conceito de liberdade muito mais abrangente que simplesmente a instabilidade financeira e a capacidade de escolha, mas interfere diretamente no poder de capacidade de escolha, definido pelas liberdades substantivas.

Os direitos civis, a fiscalização de autoridades, os direitos associados a democracia, bem como seus diálogos e oportunidades, na abordagem de Sen (2010), são considerados liberdades políticas. Nesta mesma abordagem a oportunidade de utilização de recursos econômicos para produção, consumo e troca são consideradas facilidades econômicas. Oportunidades sociais são consideradas todos os meios que subsidiem que o indivíduo viva com melhor qualidade. As liberdades de transparência têm como principal função instrumental a inibição da corrupção, transações ilícitas e irresponsabilidades financeiras.

As liberdades instrumentais, provém as capacidades dos indivíduos, complementando-se mutuamente, a partir do momento em que existe um crescimento econômico, não são somente as rendas privadas que aumentam, mas toda uma cadeia ao seu redor, o Estado por sua vez eleva sua capacidade de financiamento, acarretando a expansão dos serviços sociais. Estando as políticas sociais, ligadas às realizações do homem e a na colaboração com a erradicação da

pobreza, Torga (2012), correlaciona a ampliação das capacidades humanas não apenas, ao aumento da capacidade econômica, sendo esta capacidade capaz de propiciar maiores oportunidades de superação da pobreza, afinal para ele o desenvolvimento é multidimensional e fruto de ricas interações. A desigualdade de renda e recursos interfere diretamente no não investimento em capitais humanos e sociais, por parte das populações mais pobres interferindo no desenvolvimento econômico a longo prazo abordaram Cordeiro, Maia, et al., (2006).

2.2 CONCEITO DE POBREZA

Considerada uma situação social de cunho consistente, tendo como característica fundamental a carência de artifícios, bens ou até mesmo de receitas de acordo com Romão (1982), podendo ser caracterizado por meio do “juízo de valor” através de uma abordagem intangível, quando moldada pela satisfação das necessidades do indivíduo, utilizando ou não em sua conjuntura a estrutura social da comunidade conforme Crespo e Gurovitz (2002). Para Sen (2010), a pobreza poderá ser definida ainda, como a privação de capacidades básicas de um indivíduo e não apenas a uma capacidade financeira reduzida.

“A pobreza representa o estado de carências de determinados indivíduos ou população, impossibilitando-lhes a obtenção de renda, que os priva da aquisição de itens básicos como alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação” (CORDEIRO, MAIA, et al., 2006, p. 3)

Se observada de modo relativo, a pobreza será mensurada pelo padrão social do local onde o indivíduo está inserido sob a ótica de Crespo e Gurovitz (2002), sendo considerada incompleta por Romão (1982), pois não deixa oportunidades para uma concepção de destituição absoluta. Este conceito abrange dificuldades que tendem crescer conforme requeresse uma estrutura que sirva de instrumento para a operacionalização e intervenção política (CORDEIRO, MAIA, *et al.*, 2006).

O Banco Mundial (2015), define como linha de pobreza a sobrevivência com U\$ 1,25 ao dia, todo e qualquer indivíduo que sobreviva com um valor menor que este é considerado abaixo desta linha, ainda de acordo com o Banco Mundial, cerca de 14,5% da população mundial vivem com até este valor por dia.

O Quadro 1 abaixo apresenta os índices obtidos pelo Banco Mundial nos últimos 20 anos, considerando o percentil da população de ambos os países.

Quadro 1 - Índice de incidência da pobreza

Índice de incidência da pobreza de US \$ 1,25 por dia (PPP) (% da população) 1995-2014																				
País	95	96	97	98	99	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14
Bangladesh	60,91					58,59					50,47					43,25				
Brasil	9,93	11,21	10,90	9,58	9,87		10,20	8,87	9,62	8,14	7,18	5,93	5,84	4,87	4,72		4,53	3,75		

Fonte: Adaptado pela autora com base em World Bank (2015).

Conforme dados do quadro 1, verificamos que em 1995, 60,9% da população de Bangladesh viviam na linha da pobreza ou abaixo dela, enquanto no Brasil apenas 9,9% da população encontrava-se nesta condição, em 2010 data da última divulgação pelo Banco Mundial, em Bangladesh o total caiu para 43,3% e no Brasil os dados de 2012 apontavam uma queda para 3,8% da população.

2.3 MICROCRÉDITO

O microcrédito possui diferentes definições e tratamentos dentro do cenário econômico desde seu emergente crescimento em meados do século XX, e de acordo com Torga (2012) atua diretamente ligado às políticas redutoras da pobreza. Moreira e Antonelo (2011), enxergam uma possibilidade de suavização na precarização do trabalho, acumulação de bens tendo este tipo de financiamento como impulsionador aos trabalhadores de baixa escolaridade e recursos financeiros, públicos aos quais os acessos a este tipo de dinheiro é facilitado devido às características do produto financeiro. Não sendo considerado por Veauvy (2011) uma ação isolada, mas sim ações que visam em conjuntura impactar socioeconomicamente.

“O microcrédito liga os motores econômicos da parcela da população rejeitada pela sociedade. Assim que grande número desses pequenos motores entrar em funcionamento, estará pronto o cenário para as grandes realizações.” (YUNUS e WEBER, 2008, p.70)

Quando se trata de garantias, a principal característica é a ausência de garantias reais, ou seja, a garantia de bens materiais, conforme coloca Rodrigues (2005) desta forma o autor relaciona como formas convencionais de garantia para o modelo a utilização de avalistas, sejam eles individuais ou em grupos que se auto

garantem, o aval solidário. Os prazos de pagamento são reduzidos, a liberação dos recursos e a documentação exigida, variam de instituição para instituição. Outra figura importante e que garante a ausência de tais garantias é a figura do agente de crédito, que atua como orientador financeiro e de desenvolvimento, autores como Mangueira, Bezerra, *et al.* (2007) descrevem a importância da figura do agente de crédito como uma maneira de acompanhamento e orientação aos tomadores, Rodrigues (2005) anexa a esta característica a função de agregar conhecimentos capazes de melhorarem a prática administrativa por meio dos tomadores aprimorando a aplicação do recurso. Os valores do crédito em geral são pequenos e vão aumentando gradualmente conforme a capacidade de honrar os compromissos é demonstrada, nesta metodologia o comportamento do tomador é analisado e considerado conforme relata Falcucci (2005).

2.4 OS PAÍSES RECEPTORES DOS PROGRAMAS

2.4.1 Bangladesh

Bangladesh é um país localizado no sul da Ásia, mais precisamente na Península Índica. Faz fronteiras com a Índia e com um pequeno trecho de Mianmar, possui uma extensão territorial de aproximadamente 144.000 quilômetros quadrados e uma população estimada em 158.512.570 habitantes em 2014.

O Produto Interno Bruto (PIB) em 2013 era de 153.505 milhões de dólares, e o PIB per capita de 980 dólares. Seu índice de desenvolvimento humano (IDH) em 2013 era de 0,558 ocupando o 146º lugar no ranking das Nações Unidas (IBGE - Países, 2015) e (PNUD Brasil - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2015). De acordo com a última divulgação do Banco Mundial em 2010, 43,3 % de sua população vivia abaixo ou no limite da linha da pobreza (World Bank, 2015).

2.4.2 Brasil

Brasil está localizado na América do Sul, sendo o maior país desta área geográfica com uma extensão de 8.515.767,049 quilômetros quadrados, tendo todo seu litoral banhado pelo Oceano Atlântico. Divide fronteiras com Venezuela, Guiana,

Suriname, Guiana Francesa, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

De acordo com o IBGE - Países (2015), sua população em 2014 era de 202.033.670 habitantes, e o IDH em 2013 de 0,744 de acordo com relatório mundial das Nações Unidas onde ocupava a 79ª colocação. O PIB per capita em 2013 era de 11.199 dólares e o PIB nacional no mesmo ano foi de 2.243.854 milhões de dólares.

Conforme últimos dados divulgados pelo Banco Mundial em 2012, apenas 3,8% da população vivia com até 1,25 dólares por dia, valor considerado para parâmetro da linha de pobreza (World Bank, 2015).

2.5 O MODELO GRAMEEN

O Grameen é um dos mais conhecidos movimentos de microcrédito mundiais, ocorreu em Bangladesh ao final da década de 70, quando o professor universitário Muhammad Yunus, conheceu a aldeia de Jobra, local onde sua população vivia em extrema pobreza dependendo de empréstimos (de valores baixíssimos) concedidos por agiotas aos juros extremamente altos, que lhes submetiam a algo muito semelhante a escravidão.

Após uma semana de sua visita Yunus, catalogou 42 pessoas que necessitavam juntos de uma quantia de 27 dólares para saírem de tal situação. Comovido pela situação e motivado pela necessidade de melhorar a vida daquelas pessoas Yunus, emprestou-lhes do próprio bolso os 27 dólares, sob condição de devolução do mesmo valor sem juros, quando tivessem a condição de devolvê-los (YUNUS e JOLIS, 2006), seu modelo foi um dos parâmetros comparativos para o desenvolvimento desta pesquisa.

2.5.1 Histórico

A experiência ocorrida em Jobra levou Yunus a uma série de reflexões e dentre estas o motivo de não haver interesse nas instituições tradicionais de empréstimos em atender os realmente pobres.

No início Yunus, ofertou de seu próprio dinheiro aos aldeões, depois tentou encontrar financiamento dos bancos existentes, no entanto havia sempre a negativa, que era pautada, na falta de garantia e no tamanho da pobreza dos beneficiários.

Por fim após muitos esforços do professor, este mesmo se ofereceu como fiador das operações, criando a Filial Experimental Grameen Banco Agrícola, Grameen que significa aldeia em bengali, atendia uma pequena aldeia, não sendo expandido para áreas maiores, devido a descrença dos banqueiros na veracidade do projeto.

Após anos de insistência e ao chegar à conclusão de que os banqueiros não entenderiam os benefícios em conceder pequenas quantias a um número maior de clientes, sem garantia, mas com quase totalidade de retorno, decidiu por conta própria criar seu próprio banco. Assim em 1983, foi criada uma lei especialmente para abranger o banco dos pobres.

Esta ausência de apoio encontrada no começo da jornada do Grameen, segundo Jolis e Yunus, (2006) denegria e flagelava o ser humano em tudo que este representava. Com isso o Grameen surgia com o objetivo de acabar com a pobreza, por meio da oferta de crédito.

“Para que as pessoas tenham uma chance de sair da pobreza, precisamos remover as barreiras institucionais que criamos em torno delas. Devemos mudar as regras e as leis absurdas que fizemos que tratam os pobres como algo sem importância. E temos de propor novas maneiras de reconhecer uma pessoa pelo seu valor, e não por medidas artificiais, impostas por um sistema tendencioso.” (YUNUS e WEBER, 2008, p. 63)

Para os autores, a falta de acesso das pessoas abaixo da linha da pobreza se assemelha a um *apartheid*, pois submete pessoas com menor favorecimento econômico a exclusão das atividades financeiras apresentadas pelas instituições financeiras tradicionais, onde quem não é capaz de oferecer alguma garantia em troca de um empréstimo é julgado como não merecedor de crédito.

Seguindo com o princípio provedor da instituição, todo o foco não está no acúmulo de bens e sim “para os seres humanos, suas iniciativas e seus empreendimentos” (YUNUS e WEBER, 2008, p. 69), longe de qualquer característica humanitária ou filantrópica, mas sim de desenvolvimento, permitindo ao indivíduo explorar sua criatividade tornando-se sustentável.

A criação do Grameen Bank visava atender como principal público as mulheres, até então não atendidas por nenhum tipo de instituição, os empréstimos são ainda hoje parcelados e pagos com pequenos depósitos semanais e concedidos à grupos, dos quais os membros são responsáveis entre si, método conhecido como aval solidário (YUNUS e JOLIS, 2006).

2.5.2 A preferência pela mulher no Grameen

Quando a criação do Grameen a participação feminina nos empréstimos concedidos em Bangladesh era inferior a 1%, com o intuito da inclusão bancária e tentando principalmente combater a característica sexista ocorrente no local, durante o projeto experimental para a criação do Grameen, definiu-se que no mínimo de 50% dos empréstimos seriam concedidos às mulheres.

Com o andamento do experimento, a clareza do papel da mulher na erradicação da pobreza ficara mais nítida, levando em consideração sua efetiva participação na gestão do lar. Em termos culturais a mulher pobre de Bangladesh vive em constante estado de alerta e incerteza, pois para o marido pedir o divórcio basta repudiá-la três vezes, assim uma mulher pobre, sem alfabetização luta bravamente a favor de qualquer fator que estime a superação da condição de pobreza.

As experiências do Grameen, revelaram que as mulheres são mais aplicadas, possuem maior constância de trabalho e se adaptam melhor as situações.

O dinheiro administrado pela mulher na família, a primeira destinação são as crianças, seguida pela melhora da casa. O desenvolvimento tem como consequência a melhoria na qualidade de vida, foi o que constataram os pesquisadores e administradores do projeto experimental. A partir destes resultados cada vez mais se empenharam na concessão dos empréstimos para as mães de família (YUNUS e WEBER, 2008).

2.5.3 A concessão exclusiva aos grupos

Para ser um tomador, ou como a literatura consultada se refere, um membro no Grameen, é necessária a formação de grupos, estes reúnem-se semanalmente com outros grupos em centros comunitários construídos pelos próprios membros, para discutirem dificuldades, apoios, novas ideias, realizarem os pagamentos semanais e obterem apoio psicológico qualificado. O engajamento grupal, também potencializa a efetividade do pagamento, tendo em vista que o não pagamento do empréstimo efetuado por um integrante daquele grupo tornará os demais membros do mesmo incapazes de obter um novo empréstimo.

Cada um dos grupos é composto por cinco integrantes, não podendo ter vínculos diretos entre si, para a liberação do crédito de um único membro do grupo se faz necessária a aprovação dos outros quatro membros. As reuniões nos centros comunitários anteriormente descritas, reúnem uma quantidade entre dez e doze grupos, em 2007 data da escrita original do livro o Grameen contava com 130 mil centros comunitários por todo Bangladesh e cada um destes centros atendendo entre 50 e 60 pessoas. Os grupos além de fortalecerem o sistema de funcionamento do banco, colaboram por meio de uma pressão social positiva em seus membros, uma vez que ao não pagar seus empréstimos um membro estaria prejudicando não somente a si, como os demais membros de seu grupo. Muitos podem ter considerado este vínculo uma forma de opressão, para os dirigentes do Grameen é mais o poder da união comunitária voltada para o benefício de todos. (YUNUS e WEBER, 2008).

2.5.4 As Dezesesseis Diretrizes

Em meados da década de 80 surgiram as 16 diretrizes, que consiste em um conjunto de regras e compromissos sociais, que deverão ser seguidos por todas as famílias participantes que devem ser aprendidas e praticadas por todos os membros do banco, aumentando o nível de escolaridade e qualidade de vida futura dos atendidos pelo banco.

Estas diretrizes ou decisões, como também são conhecidas, foram criadas ao longo dos anos conforme as necessidades e as discussões surgiram nas reuniões semanais entre os tomadores, nos grupos de apoio, sendo adotadas como parte de todo o programa Grameen por volta de 1984, conforme verificamos a seguir, no Quadro 2:

Quadro 2 - 16 Diretrizes

16 Diretrizes Grameen Bank	
1	Nós respeitaremos os quatro princípios do banco Grameen: união, disciplina, coragem e trabalho árduo em todas as atividades de nossa vida.
2	Levaremos prosperidade à nossa família.
3	Não viveremos numa casa em mau estado. Vamos manter nossa casa, e aspiraremos construir uma nova o mais breve possível.
4	Cultivaremos legumes durante todo o ano. Consumiremos bastante e venderemos o que sobrar.
5	Durante o período de cultivo, nós plantaremos tanto quanto for possível.
6	Tentaremos ter poucos filhos. Limitaremos nossas despesas. Cuidaremos de nossa saúde.
7	Daremos educação a nossos filhos e providenciaremos os meios de arcar com essa educação.
8	Zelaremos pela limpeza dos nossos filhos e do ambiente.
9	Construiremos e utilizaremos fossas para servirem de latrina.
10	Beberemos água de poços salubres. Se não dispusermos deles ferveremos a água ou a desinfetaremos com alume.
11	Não exigiremos nenhum dote para nossos filhos, assim como não daremos nenhum dote para as nossas filhas. Os dotes serão proscritos de nossos centros. Nós nos oporemos ao casamento de crianças.
12	Não cometeremos nenhuma injustiça e nos oporemos a que for cometida pelos outros.
13	Iremos nos propor coletivamente investimentos cada vez mais elevados para obter maior renda.
14	Estaremos sempre dispostos a ajudar os outros. Se alguém estiver em dificuldade, nós o ajudaremos.
15	Se soubermos que num centro a disciplina está sendo desconsiderada, iremos até lá para restabelecê-la.
16	Introduziremos os exercícios físicos em nossos centros. Participaremos coletivamente de todos os encontros organizados.

Fonte: Elaborado pela autora adaptado de YUNUS e JOLIS (2006).

Ao observar tais diretrizes, verificamos que se trata de algo maior que uma instituição financeira, mas uma ferramenta capaz de prover a diferença na vida das pessoas que se filiam aos grupos como tomadores de empréstimos. Assim com o passar dos anos o Grameen passou a distribuir bolsas de estudos aos melhores alunos, filhos de tomadores de empréstimos com mais de 30 mil bolsas de estudos anuais, complementando a ideia de que a instituição supera o status de instituição financeira, mas contribui significativamente para que as famílias atendidas ao longo do tempo deixem de pertencer a classe da pobreza extrema, concluem Yunus e Weber (2008).

2.5.5 As mudanças do modelo

Em 1998 depois de uma grande enchente atingir o país o Grameen, pode vislumbrar algumas falhas em seu modelo, uma vez que até então o Banco não contava com reservas em grande quantidade e a devastação causada pelas enchentes, levaram muitos de seus membros a inadimplência.

A partir deste momento, todo o modelo passou por grandes alterações, tendo evoluído e se adaptado às novas realidades, demandando agilidade e flexibilidade em suas realizações.

Fazem parte das alterações no modelo do banco, o programa previdenciário, onde todo novo tomador firma um compromisso de depósito semanal ou mensal em um fundo de previdência, com o retorno de quase duas vezes o valor depositado após o prazo de dez anos de depósitos consecutivos.

O flexiempréstimo novidade existente no novo modelo Grameen, onde o tomador tem a possibilidade de refinanciar seu empréstimo, em parcelas de menor valor, caso haja a necessidade. E por fim o seguro de empréstimo que garante a amortização da dívida em caso de falecimento do titular ou cônjuge. O Quadro 3 a seguir (adaptado de YUNUS e WEBER, 2008, p. 77), nos mostra um comparativo das mudanças ocorridas no modelo, denominadas pelos autores como Grameen I e Grameen II:

Quadro 3 - Mudanças ocorridas no modelo Grameen
Do Grameen I ao Grameen: um sistema mais amplo e flexível

Grameen I	Grameen II	Razão da mudança
Nenhuma reserva de dinheiro para o plano de previdência.	O tomador de empréstimo deposita uma quantia mensal fixa no plano de previdência Grameen.	Para ajudar os tomadores de empréstimo a construir um pé-de-meia para a aposentadoria.
Programa de poupança fixo e de “tamanho único”.	Programas de poupança variados que se ajustam às necessidades individuais dos membros.	Para estimular a poupança em situações especiais e benefícios econômicos a longo prazo.
Nenhuma iniciativa para angariar poupanças de não membros.	Campanhas ativas para angariar poupanças de não membros.	Para permitir que o banco autofinancie empréstimos futuros.
A maioria dos empréstimos é de um ano com prestações fixas.	A duração do empréstimo e o valor das prestações podem variar	Para que os tomadores personalizem as linhas de empréstimo de acordo com suas necessidades e as circunstâncias variáveis.
Teto de empréstimo comum para uma filial inteira.	Tetos de empréstimos individuais baseados em poupanças e outras medidas.	Para recompensar e incentivar boas práticas de empréstimo e pagamentos dos membros.
A família fica responsável pelo empréstimo do tomador falecido.	Fundo de poupança especial assegura que os empréstimos pendentes sejam liquidados após a morte.	Para diminuir o medo do tomador de empréstimo de deixar dívidas após sua morte.
O tomador se torna insolvente se o empréstimo não for liquidado em 52 semanas.	O tomador se torna insolvente se o cronograma de liquidação do empréstimo não for cumprido em seis meses.	Para criar um sinal de advertência de potenciais problemas com tomadores de empréstimo.
Os recursos financeiros para novas filiais do banco são emprestados da matriz a juros de 12%.	As novas filiais são autossuficientes desde o início, usando a poupança de tomadores de empréstimo e clientes comuns.	Para garantir que as filiais se tornem autossuficientes rapidamente.

Fonte: Elaborado pela autora adaptado de YUNUS e WEBER (2008, p. 77)

Atualmente são ofertadas quatro diferentes linhas de empréstimos, com juros distintos entre elas, os juros pagos nunca deverão ser superiores ao valor tomado,

independentemente do prazo de recuperação deste crédito. Os empréstimos concedidos nos moldes iniciais do programa sofrem encargos financeiros de 20% do valor e atualmente possuem uma efetividade de retorno de 98,15% (GRAMEEN BANK INFO, 2015).

O Banco concede também os financiamentos imobiliários, com encargos de 8%, financiamentos estudantis, tem custo de 0% durante o período estudantil e de 5% ao término dos estudos.

Em 2004 foi implementando o crédito aos pedintes, esta modalidade não incide juros, e tem valor de concessão aproximado de 15 dólares, os pagamentos são realizados de acordo com a disponibilidade dos tomadores, tanto em quantia, quanto em valores, não tendo assim vencimento e parcelas fixas.

Os pedintes, denominados no programa como “membros batalhadores” utilizam os valores adquiridos para a compra de pequenos bens que serão ofertados no pedido de esmolas, fazendo com que saiam da condição de pedintes e passem para a condição de trabalhadores. No curto período retratado por Yunus e Weber (2008), atendeu mais de cem mil “membros batalhadores”, tendo deles mais de dez mil deixado de pedir esmolas, e 66 % dos valores emprestados ressarcidos ao programa. A condição de emprestar dinheiro a estes indivíduos parte da motivação pessoal do próprio Yunus em não dar esmolas, mas sim em subsidiar meios para que o indivíduo possa sair daquela condição.

2.6 MODELO BRASILEIRO DE MICROCRÉDITO

2.6.1 Histórico

No Brasil conforme Manguiera, Bezerra, *et al.*, (2007) a primeira experiência de microcrédito ocorreu em 1973, com a criação do programa UNO – União Nordestina de Assistência Técnica a Pequenas Organizações, atuante por 18 anos em Salvador e Recife. Concebido como um projeto piloto, cujo o principal objetivo consistia em emprestar ao autônomo por conta própria, tendo como certa a devolução dos valores concedidos e o crescimento que a oferta de crédito proporcionaria (DANTAS, 2005). A UNO funcionou, durante 18 anos, até o ano de 1991 sendo considerada referência em microcrédito na América Latina (FALCUCCI, 2005 e MAGALHÃES, BASTOS e BASTOS, 2013).

Ao final da década de 80, mais precisamente no ano de 1987 surgia no Rio Grande do Sul com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a ONG – Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE- RS), baseadas em experiências como as ONGs Colombianas (FALCUCI, 2005) e (MANGUEIRA, BEZERRA, *et al.*, 2007). O Projeto obteve sucesso se espalhando por diversos locais do país para o qual em 1990 foi criada a Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (FENAPE), atual CEAPE Nacional, que articula independentemente toda a Rede CEAPE, com os mesmos princípios na concessão de seus empréstimos (BARONE, LIMA, *et al.*, 2002).

O Brasil também contou com os projetos: Banco da Mulher, com o apoio da UNICEF localizado na Bahia e fundado em 1989, a PortoSol, criada pela Prefeitura de Porto Alegre, no ano de 1995, em 1996 o VivaCred que faz parte do movimento VivaRio atendendo favelas da cidade do Rio de Janeiro. O CrediAmigo do Banco do Nordeste criado em 1998, tendo como principal característica os Grupos Solidários, o Programa de Crédito Produtivo Popular, desenvolvido pelo BNDES no ano de 2001, tendo como objetivo divulgar o conceito de microcrédito, mesmo ano em que o SEBRAE lançou seu próprio programa de microcrédito com o objetivo de ampliar o acesso a este tipo de financiamento para pequenos empreendedores com ênfase nos informais, além de uma diversidade de projetos estaduais como o Banco do Povo Paulista criado em 1998 (BARONE, LIMA, *et al.*, 2002).

É importante ressaltar que todos estes projetos iniciados no Brasil ocorreram antes do Governo Federal criar em 2001 por meio do Conselho da Comunidade Solidária fundou a Associação Brasileira de Desenvolvimento do Microcrédito. Dentre muitas outras ações que sucederam esta anterior seguiu-se com a instituição em 2005 pelo então presidente Luis Inácio da Silva, do PNMPO, homologado e regido pela LEI Nº 11.110, DE 25 DE ABRIL DE 2005, que veio em conversão a Medida Provisória nº 226, de 2004.

2.6.2 Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

O PNMPO, tem como um de seus objetivos incentivar a concepção de renda e trabalho entre os microempreendedores populares (BRASIL, LEI Nº 11.110, DE 25 DE ABRIL DE 2005, 2005), tendo como principal característica a orientação ao

empreendedor mediante a concessão do crédito, passando a integrar o Programa Crescer, que estimula o empreendedorismo, a partir de sua criação em 2011.

De acordo com o Portal do Ministério do Trabalho e Emprego (2014), também compõem os objetivos do programa a disponibilização dos recursos e a oferta de apoio técnico às empresas ofertantes do microcrédito buscando a consolidação institucional para a prestação de tais serviços. Os recursos do PNMPO são provenientes Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e de parcela dos recursos dos depósitos à vista destinados ao microcrédito, tratado no Art. 1º da Lei no 10.735, de 11 de setembro de 2003.

Os recursos do FAT, são disponibilizados pelas instituições financeiras oficiais conforme a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990 (1990) sendo estas o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES. As parcelas provenientes de depósitos à vista são disponibilizadas através das instituições financeiras para operação do PNMPO, os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal. São consideradas Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado – IMPO, cooperativas de crédito singulares, sociedades de crédito microempreendedor, agências de fomento, sociedades de crédito ao microempreendedor e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, devidamente cadastrados, após firmar termo de compromisso e obter habilitação junto ao Ministério de Trabalho e Emprego. Podem atuar como agentes de intermediação as agências de fomento, bancos de desenvolvimento, os bancos cooperativos e as podendo as cooperativas centrais de crédito atuar como repassadores de recursos (BRASIL, LEI Nº 11.110, DE 25 DE ABRIL DE 2005, 2005 e Portal do Ministério do Trabalho e Emprego, 2014).

2.6.3 Concessão exclusiva aos microempreendedores

Atualmente o microcrédito no Brasil é destinado a especificidade do público que exerça atividade produtiva de pequeno porte, conforme determinado na Lei do PNMPO (BRASIL, 2005) cuja a exclusão do sistema financeiro é constante, abrangendo toda a gama de microempreendedores formais ou informais, de acordo com a legislação vigente (DECRETO Nº 6.607/2008) se encaixam na condição de

microempreendedores pessoas físicas ou jurídicas com renda bruta anual de até R\$ 120.000,00.

Nesta abordagem de diferenciação Falcucci (2005, p. 40), define o microcrédito “como sendo a realização de operações de microempréstimos financeiros a pequenos empreendedores, procurando garantir-lhes ocupação e renda. ”, não tendo como principal objetivo o financiamento do consumo, mas sim visa o financiamento da produção e dos produtores.

“O microcrédito é um crédito especializado para determinado segmento da economia: o pequeno empreendimento informal e a microempresa. Portanto está voltado para apoiar negócios de pequeno porte, gerenciados por pessoas de baixa renda, e não se destina a financiar consumo.” (BARONE, LIMA, *et al.*, 2002, p. 20)

A função de produtividade do crédito é outra característica do microcrédito, uma vez que o dinheiro concedido deverá ser empregado à uma atividade econômica que gere renda ao beneficiário (RODRIGUES, 2005). Somada a característica anterior temos o monitoramento das operações, que visa acompanhar a aplicação do crédito e garantir que o tomador, prospere para que futuramente seja atendido pela economia tradicional, sendo capaz de requisitar empréstimos nas instituições financeiras convencionais conforme descreve Falcucci (2005).

2.6.4 A obrigatoriedade do agente de crédito

O agente de crédito é estabelecido na legislação vigente para operações de Microcrédito Produtivo Orientado no Brasil conforme veremos abaixo:

“§ 3o Para os efeitos desta Lei, considera-se microcrédito produtivo orientado o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado, ainda, que:

I - O atendimento ao tomador final dos recursos deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;

II - O contato com o tomador final dos recursos deve ser mantido durante o período do contrato, para acompanhamento e orientação, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; [...]” (BRASIL, LEI Nº 11.110, DE 25 DE ABRIL DE 2005, Art. 1º, 2005).

As atribuições do agente de crédito vão além da orientação e acompanhamento dos recursos liberados, estando este envolvido diretamente em todo o processo de concessão e recuperação dos créditos concedidos, que atualmente possuem uma taxa de inadimplência de apenas 5,6% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014). Ele é o responsável pela entrevista, o diagnóstico de aplicabilidade e a viabilidade do empreendimento.

Diferentemente do crédito tradicional, é o agente quem vai até o cliente e não o cliente quem procura o crédito (BARONE, LIMA, *et al.*, 2002). Este tem um papel central na execução do PNMPO, desde a pré-concessão, pois ele é o responsável pela visita ao empreendimento que é obrigatória na legislação do programa, pela avaliação socioeconômica de enquadramento na operação. Após a liberação dos empréstimos, este é o responsável por todas as visitas de acompanhamento, bem como pelas orientações para melhoria do negócio, até o término das operações (MTE, 2008).

2.6.5 As instituições financeiras concessórias de microcrédito

De acordo com as definições do programa, poderão conceder microcrédito nos parâmetros do PNMPO segundo Pessoa (2010), cooperativas de crédito singulares que tem por objetivo, prestar serviços bancários por meio de assistência ao crédito aos seus associados e em alguns casos também a não associados. As agências de fomento, que são regulamentadas pela Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, as sociedades de crédito ao microempreendedor, que trata-se de uma iniciativa legal voltada ao microcrédito surgida em 2001, modificada ao longo dos anos e com a criação do PNMPO garantiu a estas sociedades o direito de operar com outros produtos financeiros além do crédito.

Enquadram-se em instituições concessórias de microcrédito as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, também conhecidas como OSCIP que são entidades sem fins lucrativos de administração privada, monitoradas e reconhecidas pelo Ministério Público. Para a utilização dos recursos do FAT enquadram-se como ofertantes as instituições financeiras oficiais, tais quais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES conforme disposto na Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990.

Ainda segundo o site o Ministério do Trabalho e Emprego, a instituição deverá se cadastrar e firmar termo de compromisso, além de obter uma habilitação concedida pelo próprio Ministério, de maneira mais resumida e mais simplificada para o andamento nesta pesquisa conforme o entendimento de MONZONI NETO (2006) as instituições operadoras de microcrédito são divididas como sem fins lucrativos, quando cumprem exigências legais como por exemplo a restrição nas taxas de juros cobradas, ou com objetivo de lucro que normalmente possuem carteiras especializadas e estejam autorizadas pelo Banco Central do Brasil, dentre estas as instituições financeiras convencionais.

Estas mesmas instituições são subdivididas em “primeira linha” que são aquelas que atentem diretamente o cliente final onde se encaixam os bancos comerciais de varejo e as de “segunda linha” (instituições como BNDS) que operam mais como um suporte ou como provedora de recursos para as de “primeira linha”.

3METODOLOGIA

Este capítulo tem por objetivo explicitar a metodologia utilizada para a realização desta pesquisa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa é considerada qualitativa por proporcionar uma melhor visão e contextualização do problema abordado, através da compreensão de suas razões e motivações conforme a caracterização descrita por Malhotra (2012), sendo capaz de proporcionar a descrição do objeto de estudo (MASCARENHAS, 2012). Viabilizou-se de modo exploratório segundo a fundamentação de Mattar (2012) por apresentar dentre seus objetivos a adição de novos conhecimentos sobre o assunto fonte investigado colaborando com dados que capazes de formular questionamento, por meio da criação de hipóteses por meio de um levantamento bibliográfico ainda segundo Mascarenhas (2012).

As técnicas de aplicadas foram pesquisa documental e bibliográfica, sendo a documental com análise de documentos primários e secundários, cujo o único objetivo é a análise do assunto, conforme definições de Marconi e Lakatos (2010) e Mascarenhas (2012). Da mesma forma a pesquisa bibliográfica, caracteriza-se por examinar os dados levantados em livros, artigos científicos para a análise desenvolvida.

3.2 COLETA DE DADOS:

A coleta de dados apresentou procedimentos característicos da pesquisa bibliográfica com consulta em livros, artigos e trabalhos científicos, foram também analisados dados de fontes externas como dados estatísticos publicados, e relatórios governamentais. Realizada coleta de dados nos moldes de pesquisa documental (SEVERINO, 2007) por utilizar “toda forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador” (p.124) obedecendo as seguintes fases: leitura exploratória, leitura seletiva e leitura analítica e interpretativa.

3.3 PARÂMETROS COMPARATIVOS DOS OBJETOS DE ESTUDO

Conforme análise ao decorrer da pesquisa verificamos que ambos os modelos possuem características exclusivas sendo assim, é correto afirmar com base nas bibliografias e documentos analisados que o principal objetivo do Grameen é levar crédito aos pobres como meio de subsidiar a saída da pobreza extrema por meio do trabalho autônomo, funcionando como uma ferramenta impulsionadora. Além disso ser capaz de garantir uma melhoria na qualidade de vida destas famílias, através do atendimento de suas necessidades, que nos leva a rever o conceito das liberdades instrumentais.

“... o Banco Grameen é muito mais que uma instituição financeira. Estamos criando uma geração completamente nova, que estará bem preparada para tirar a família da pobreza. E o Banco Grameen é uma ferramenta para que isso seja feito.” (YUNUS e WEBER, 2008, p. 73)

No PNMPO, o objetivo é conceder crédito aos empreendedores de pequeno porte, por meio de atendimento personalizado, realizado por pessoas treinadas para prestar orientações educativas sobre a gestão de seus negócios.

“O microcrédito produtivo orientado é o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica...” (MTE, 2015, p. 5)

O PNMPO surgiu da observação de diversas experiências ao longo de décadas, dentre elas a do próprio Grameen, é importante ressaltar que este primeiro surgiu de uma iniciativa governamental, amparada por leis específicas e subsidiadas com fundos disponibilizados pelo próprio governo. Através de enfrentamento das principais características de ambos projetos foi efetuada a análise comparativa qualitativa de ambos os modelos.

Diante destas premissas foram escolhidos os seguintes parâmetros: origem histórica, objetivo dos programas, público alvo e exigências, neste item analisamos também a predominância da mulher, operacionalização, a divergência dos modelos, as semelhanças nos modelos e a comparação geral dos modelos.

4ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo compreende na análise e comparação dos dados coletados por meio de pesquisa documental e bibliográfica.

4.1 HISTÓRICO

O Grameen, surgiu como um projeto experimental em meados da década de 70 logo após a onda de fome que atingiu seu país, seu criador um professor universitário da região de Jobra, idealizou a experiência após presenciar as condições extremas de pobreza as quais os trabalhadores informais se submetiam e impulsionado em praticar a economia para o benefício dos menos favorecidos. Após uma série batalhas, entre seu ideal, governo e instituições financeiras conseguiu, no início da década de 80, fundar o Grameen Bank, que atua até a atualidade, com diversas agências por todo o mundo, viabilizando a concessão de crédito para pessoas que se encontram abaixo da linha da pobreza.

O PNMPO, surgiu em 2005 com a instituição da lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, com o objetivo de ampliar e facilitar o acesso ao crédito produtivo orientado aos microempreendedores. Em 2011 passou a integrar o Programa Crescer que tem como objetivo além da oferta de microcrédito o fortalecimento do empreendedorismo e a bancarização da sociedade brasileira. Sendo amplamente divulgado e conduzido pelo Governo Federal por meio de subsídios e legislações pertinentes.

O resumo das origens poderemos verificar no Quadro 4 abaixo:

Quadro 4 - Origem

Grameen	PNMPO
Década de 70, por meio da experiência do professor Yunus, em visita a aldeia de Jobra, tendo sua origem completamente privada.	No ano de 2005 através da lei nº 11.110, que instituía a criação do programa como uma iniciativa do Governo Federal.

Fonte: Elaborado pela autora

4.2 OBJETIVO DOS PROGRAMAS

Conforme análise dados coletados por meio da pesquisa, verifica-se que embora ambos os programas tratem da concessão de microempréstimos, estes

possuem objetivos distintos com a disponibilidade de crédito aos tomadores. No caso do Grameen, a disponibilidade de crédito não é a função principal do programa, mas sim a retirada do público alvo da condição abaixo da pobreza extrema e como mencionaram os autores ao longo de toda a bibliografia, trata-se do reconhecimento dos indivíduos não somente como mão de obra, mas como empreendedores e trabalhadores e suas famílias. Nesta situação, todo o programa visa utilizar-se de ferramenta impulsionadora da melhora de vida das pessoas e cada tomador é considerado um membro do banco e não seu cliente.

O programa caracterizou-se do desejo de um professor universitário em retirar os aldeões de uma região de seu país, da condição semiescrava dos agiotas, a suas lutas por mais de uma década a fim de convencer banqueiros e governo, da dignidade destas pessoas para receberem dinheiro sem oferecerem nada além de sua palavra e a libertação da condição ultrajante em que viviam como garantia dia de pagamento de suas dívidas.

O objetivo claro, não estava em subsidiar o consumo nem mesmo a produção destas pessoas, mas sim lhes garantir e assegurar um lugar na sociedade de Bangladesh, como meio de os capacitarem para escolher e desfrutar de suas liberdades substantivas, no contexto difundido por Sen.

O PNMPO, surgiu da necessidade de conjurar uma série de normas e apoiar tecnicamente tanto as instituições ofertantes deste tipo de financiamento, como os desenvolvedores de atividades produtivas de pequeno porte. A condição de tais pessoas deverá ser provada por meio dos acompanhamentos realizados ao longo da oferta de crédito e embora em muitos casos não seja obrigatória a apresentação de garantias o empreendedor precisa se encaixar nas normas do programa para receber o crédito. Diferentemente do Grameen, o modelo disponibilizado aqui no Brasil, conta com recursos federais e toda uma legislação vigente, bem como uma rede cadastrada e coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, garantindo sua fiscalização, a disponibilidade de recursos e principalmente o cumprimento dos objetivos.

O Quadro 5 a seguir, apresenta de maneira simplificada a comparação de ambos objetivos.

Quadro 5 - Objetivos

Grameen	PNMPO
Conceder empréstimos aos não atendidos pelo sistema financeiro convencional como meio de subsidiar o desenvolvimento familiar e econômico dos mais pobres e incapazes de fornecer garantias em troca de dinheiro para alavancar sua produtividade autônoma.	Incentivar a geração do trabalho e renda entre microempreendedores de pequeno porte formais ou informais. Oferecer apoio técnico aos ofertantes e educativo aos tomadores com a finalidade de orientá-los para a gestão de seus negócios.

Quadro 3 - Objetivos - elaborado pela autora

Ao analisar o Quadro 5 verificamos que ambos os programas se assemelham, na característica de não financiarem o consumo, mas sim, caracterizam mesmo que cada um ao seu modo, como uma maneira de prover recursos para a realização de atividades produtivas autônomas, para pessoas que geralmente não encontrariam crédito no mercado financeiro com o baixo custo ofertado por ambos.

4.3 PÚBLICO ALVO E EXIGÊNCIAS DE ENQUADRAMENTO

Para receber um empréstimo no Grameen não basta apenas ter uma capacidade econômica drasticamente reduzida, e sim constituir um grupo com outros quatro possíveis novos membros, que tenham capacidades financeiras semelhantes. Entretanto para constituir este grupo, os aspirantes a membros não poderão possuir vínculos muito fortes.

Outro fator interessante é que as concessões efetuadas pelo Grameen desde seu projeto experimental dão preferência para a oferta de crédito à mulher, o que persiste até os dias de hoje. Os fundadores e desenvolvedores do projeto, verificaram que quando uma mulher toma empréstimos a fim de financiar sua produção, ela consegue melhorar de forma mais rápida e precisa o meio em que vive, refletindo da melhoria da qualidade de vida e no aumento das liberdades substantivas de sua família e filhos.

Para ser um tomador no PNMPO, é necessário ser empreendedor formal ou informal de pequeno porte, receber a visita de um agente de microcrédito, que será

responsável por uma análise de sua atividade empreendedora. Definido o enquadramento desta atividade, será efetuada uma análise de crédito e nas maiorias dos casos exigido um aval (solidário ou não). Cabe ressaltar que para se caracterizar como um empreendedor compatível com o programa é necessário atender as características dispostas no Decreto Federal nº 6.607 de 21/10/2008 que estabelece que a renda anual bruta de atividade física ou jurídica de pequeno porte é igual ou inferior a 120 mil reais.

Com base nestas informações construímos o seguinte Quadro 6 comparativo:

Quadro 6 - Público Alvo

Grameen	PNMPO
<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade econômica reduzida • Formação de Grupos de 5 pessoas • Não existência de vínculos entre as 5 pessoas 	<ul style="list-style-type: none"> • Ser empreendedor formal ou informal • Possuir renda menor ou igual a R\$ 120.000 • Prévia análise de enquadramento do empreendimento

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme podemos comparar no Quadro 6 acima, ambos os projetos possuem meios de controle e adequação aos seus moldes, no caso do Grameen, estes moldes envolvem normas sociais de convívio e de amparo, tendo em vista a característica de desenvolvimento do ambiente onde o membro está inserido. No caso do PNMPO, verifica-se que o conjunto de normas e regras é mais técnico uma vez que tem todo seu embasamento em leis.

No primeiro caso, as normatizações caracterizaram-se pelas experiências, pela necessidade de fortalecer o sentido comum e despertar o desejo de melhora não somente no lar de uma família da aldeia atendida, mas sim em todas as famílias de uma mesma região. Como o próprio fundador cita na bibliografia consultada, o Grameen consiste em uma ferramenta de melhora de vida, e esta ferramenta é comunitária, onde muito além do apoio financeiro que um membro dará ao outro, está o apoio psicológico refletido na concessão à grupos. O PNMPO, toda a normatização surgiu junto com a necessidade do objetivo do programa que se caracteriza por organizar e apoiar tecnicamente tanto os empreendimentos beneficiários quanto os ofertantes de crédito, por meio de um conjunto de regras e normativos que formaliza o microcrédito no Brasil.

4.3.1 A Predominância da Mulher

Para verificarmos a semelhança acrescento o Quadro 7 com base nos relatórios de ambos programas (Anexos A e B) e projeção dados da Organização das Nações Unidas (ONU) (Anexos C e D) ambos com referência de dezembro de 2014, onde verificamos a participação feminina no microcrédito comparada a população total e por gênero, tanto no Brasil pelo PNMPO quanto em Bangladesh por intermédio do Grameen:

Quadro 7 - Proporção de contratos por habitantes e gênero

		Mulheres		Homens		Total	
População	Bangladesh	78.363.000	49,44%	80.150.000	50,56%	158.513.000	100%
	Brasil	102.721.000	50,84%	99.312.000	49,16%	202.043.000	100%
Contratos	Grameen	8.316.986	96,26%	323.239	3,74%	8.640.225	100%
	PNMPO	2.191.311	61,31%	1.382.653	38,69%	3.573.964	100%
Proporção Contratos/População	Grameen	10,61%		0,40%		5,45%	
	PNMPO	2,13%		1,39%		1,77%	

Fonte: Elaborado pela autora, com base em GRAMEEN BANK INFO (2015), MTE (2015) e UNITED NATIONS, DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (2015).

Observa-se no Quadro 7, ambos os programas contam com a maior participação feminina, entretanto cabe salientar que no Grameen conforme citado no capítulo 2.5.2 desta pesquisa, a preferência é de concessão para este público, devido as constatações por experiência da capacidade transformadora da mulher. De outro modo, o PNMPO não faz distinção entre os gêneros para concessão, mas conforme os dados demonstram, existe a supremacia no gênero feminino, ultrapassando em número de contratações, o que nos ilustra que a visão dos administradores do Grameen, quanto ao poder de transformação da mulher empreendedora pode ser considerada verdadeira.

Conforme dados apresentados no Quadro 1 - Índice de incidência da pobreza, Bangladesh possuía em 2010 43,45% de sua população vivendo com uma renda diária até a linha da pobreza, o que poderá ter contribuído para uma maior emissão de contratos naquele país, mas se comparada a emissão de contratos no Brasil e seu percentil em 2012 de apenas 3,75% da população vivendo com a renda diária que delimita a linha da pobreza. Observamos deste modo, que embora haja um grande número de contratos, estes dados se comparados à população geral de cada país remetem ainda a uma pequena parcela populacional, nos fazendo questionar a amplitude dos projetos e a burocracia para a concessão dos mesmos.

4.4 OPERACIONALIZAÇÃO

O Grameen, apresenta dentre as suas normas de operacionalização, as reuniões semanais nos centros de apoio, onde uma média entre 10 e 12 grupos reúnem-se para a discussão de seus problemas, o pagamento das parcelas de empréstimos, a busca por novos contratos e para o apoio psicológico oferecido.

O PNMPO, possui a figura do Agente de Microcrédito, ou seja, uma pessoa treinada para a orientação do microempreendedor, este agente responsável faz visitas pré-concessão e pós-concessão (chamadas de visitas de acompanhamento), nas visitas prévias o objetivo é verificar o funcionamento da atividade empreendedora, a fim de diagnosticar a seu enquadramento no programa, enquanto as de acompanhamento, tem por objetivo verificar a utilização do dinheiro tomado, bem como a orientação quanto a gestão do negócio.

Quadro 8 - Operacionalização

Grameen	PNMPO
<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões Semanais entre vários grupos de uma região, para a concessão de novos empréstimos, pagamento de prestações e orientações tanto do empreendimento quanto psicológicas. • A presença de membros do Banco Grameen em cada um dos centros comunitários. • Oferta exclusiva do Grameen 	<ul style="list-style-type: none"> • Visita prévia a concessão de crédito, para análise do empreendimento e enquadramento do empreendedor nas linhas de financiamento. • Visitas de acompanhamento para verificação do uso do montante emprestado e para orientações quanto a gestão do negócio. • A presença do Agente de Crédito, em todo o processo como agente principal no programa. • Oferta efetuada por diferentes instituições

Fonte: Elaborado pela autora.

Embora o modelo asiático não possua a figura do agente de crédito nesta nomenclatura, cada centro de apoio possui um ou mais responsáveis pelo Banco

Grameen, a fim de coordenar as reuniões e prestar além do mesmo tipo de orientações prestadas no Brasil, outras voltadas ao desenvolvimento familiar e da comunidade. Cabe lembrar que o Grameen é o operacionalizador, tendo em vista que o mesmo se trata de um banco, no Brasil, a oferta de crédito é efetuada por uma variável de instituições cadastradas para oferta de microcrédito conforme citadas no item 2.6.5 desta pesquisa.

4.5 DIVERGÊNCIAS NOS MODELOS

A primeira grande divergência encontrada é que o Grameen é uma instituição financeira autossuficiente ao longo da sua trajetória, recorreu à crédito de terceiros por pouquíssimas vezes. No Brasil o PNMPO, além da concessão de crédito, consiste em um conjunto de regras que viabilizam a contratação de crédito pelas instituições habilitadas. No primeiro caso microcrédito é a origem e o motivo do negócio, no segundo ele se torna o produto resultante do processo.

O banco asiático possui filiais por todo país, divididas em seus centros comunitários, o programa brasileiro permite que um futuro ofertante se cadastre no site do Ministério do Trabalho e Emprego, adequando-se a qualquer um dos diversos tipos de instituições citadas no capítulo 2.6.5 que analisamos ao longo da pesquisa.

Esta pode ser considerada a maior diferença dentre os dois modelos de oferta de microcrédito, uma vez que o Grameen é uma instituição ofertante pautada nos princípios de desenvolvimento pessoal de seus membros e o outro em um conjunto de regras, vinculadas às estratégias político governamentais a fim de atingir objetivos relacionados à geração de renda e na utilização de subsídios federais como as verbas provenientes do FAT.

Outra importante divergência encontrada é o fator desenvolvedor comunitário, o Grameen surgiu como uma fonte de pequenos empréstimos para desvincular seus tomadores da agiotagem, chegando ao ápice de fornecer crédito para mendigos, estudantes e até mesmo financiamentos imobiliários. Existem no projeto um conjunto de regras, estas estão explicitamente expostas nas dezesseis diretrizes do banco, mas ao analisar estas diretrizes.

Infere-se que nenhuma delas tem como objetivo o engessamento do programa, mas sim o estímulo ao desenvolvimento social e pessoal de cada um dos atingidos por ele. Através das diretrizes, os tomadores são estimulados a

desenvolverem seu lar, sua família, conservarem sua saúde, cultivarem e distribuírem seus alimentos, controlarem a natalidade, investirem na educação de seus filhos e a não escraviza-los com as normas de conduta da sociedade, como por exemplo a exigência de dotes para casamentos.

Em contrapartida, o PNMPO, não engloba dentre seus objetivos o desenvolvimento do meio onde o empreendedor está inserido, tampouco a escolaridade da população atendida, o programa não tem um cunho social voltado para o desenvolvimento das pessoas que o recebem, mas sim para o desenvolvimento do empreendimento atendido. As visitas realizadas pelos agentes de crédito priorizam a adequação do negócio, na orientação aos negócios, a utilização da verba requerida no negócio e o monitoramento do desenvolvimento do negócio. Em momento algum o empreendedor, é colocado como ator principal na concessão do crédito, mas sim como executor de uma atividade empreendedora popular ou de pequeno porte, conforme classificado pela legislação que regulamenta o porte das empresas no Brasil.

O Quadro 9 abaixo demonstra com maior facilidade a comparação das divergências encontradas ao longo desta pesquisa:

Quadro 9 - Divergências

Grameen	PNMPO
<ul style="list-style-type: none"> • Instituição financeira autossuficiente • Microcrédito como origem da instituição • Desenvolvimento do indivíduo • Aspecto Comunitário 	<ul style="list-style-type: none"> • Conjunto de normas e regras além da concessão de microcrédito • Microcrédito como produto resultante do processo de concessão • Desenvolvimento do negócio • Indivíduo como executor de atividade empreendedora.

Fonte: Elaborado pela autora.

4.6 AS SEMELHANÇAS NOS MODELOS

Semelhanças, embora em menor quantidade também são encontradas entre os modelos conforme veremos no Quadro 10, como por exemplo as reuniões semanais nos centros no caso do Grameen e com as visitas do agente de crédito no

caso do PNMPO, a liberação de novos recursos e aumento dos disponíveis em uma nova contratação. Há semelhança também nas garantias exigidas, que é o caso do aval e do aval solidário, as taxas de juros reduzidas, medidas estruturais que garantem a diferenciação do público e do tipo de crédito, de outras linhas convencionais ofertadas pelos bancos.

Não é possível deixar de mencionar a participação feminina em massa e tampouco a efetividade no retorno dos valores concedidos. Embora os objetivos sejam opostos quando um direciona seus esforços para o desenvolvimento do indivíduo e outro para o desenvolvimento do empreendimento, é inegável que ambos acabam por contribuir com o desenvolvimento dos atendidos, seja pela possibilidade de amparo financeiro ou pela oferta de conhecimento.

O Quadro 10, nos mostra com melhor clareza, como estas semelhanças são administradas em ambos os modelos:

Quadro 10 - Semelhanças

Semelhança	Como Ocorre?	
	Grameen	PNMPO
Acompanhamento dos públicos e das operações	Reuniões semanais nos centros comunitários	Visitas efetuadas pelo agente de crédito
Aval como garantia	Aval solidário, através dos grupos de concessão formados por até 5 pessoas sem vínculo entre si.	Aval solitário por meio de grupos ou aval pessoal.
Taxas reduzidas	20% a.a.	5 % a.a.
Efetividade de retorno de valores concedidos	98,15% dos empréstimos concedidos são recuperados.	94,4% dos empréstimos são recuperados, uma vez que a taxa de inadimplência é de 5,6%.
Desenvolvimento de acordo com o pretendido	Proporciona desenvolvimento aos membros e suas famílias	Proporciona desenvolvimento aos empreendedores assistidos

Fonte: Elaborado pela autora.

De um modo geral, ambos modelos acabam por contribuir com a melhora das condições de vida e de trabalho de seus assistidos, sejam eles aqui no Brasil ou no interior de Bangladesh.

4.7 COMPARAÇÃO GERAL DOS MODELOS

O Quadro 11, a seguir, reúne as informações discutidas em quadro único e

ilustrativo, exemplificando ambos modelos com suas semelhanças e diferenças:

Quadro 11 - Comparativo Geral

Parâmetro	Grameen	PNMPO
Origem	Década de 70, por meio da experiência do professor Yunus, em visita a aldeia de Jobra, tendo sua origem completamente privada.	No ano de 2005 através da lei nº 11.110, que instituía a criação do programa como uma iniciativa do Governo Federal.
Objetivos do Programa	Conceder empréstimos aos não atendidos pelo sistema financeiro convencional como meio de subsidiar o desenvolvimento familiar e econômico dos mais pobres e incapazes de fornecer garantias em troca de dinheiro para alavancar sua produtividade autônoma.	Incentivar a geração do trabalho e renda entre microempreendedores de pequeno porte formais ou informais. Oferecer apoio técnico aos ofertantes e educativo aos tomadores com a finalidade de orientá-los para a gestão de seus negócios.
Público-Alvo	<ul style="list-style-type: none"> • Condição de Pobreza Extrema • Formação de Grupos de 5 pessoas • Não existência de vínculos entre as 5 pessoas 	<ul style="list-style-type: none"> • Ser empreendedor formal ou informal • Possuir renda menor ou igual a R\$ 120.000 • Prévia análise de enquadramento do empreendimento
Participação por Gênero	Predominantemente feminino por escolha do programa	Predominantemente feminino por consequência
Operacionalização	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões Semanais entre vários grupos de uma região, para a concessão de novos empréstimos, pagamento de prestações e orientações tanto do empreendimento quanto psicológicas. • A presença de membros do Banco Grameen em cada um dos centros comunitários. • Oferta exclusiva do Grameen 	<ul style="list-style-type: none"> • Visita prévia a concessão de crédito, para análise do empreendimento e enquadramento do empreendedor nas linhas de financiamento. • Visitas de acompanhamento para verificação do uso do montante emprestado e para orientações quanto a gestão do negócio. • A presença do Agente de Crédito, em todo o processo como agente principal no programa. • Oferta efetuada por diferentes instituições
Divergências nos Modelos	<ul style="list-style-type: none"> • Instituição financeira autossuficiente • Microcrédito como origem da instituição • Desenvolvimento do indivíduo • Aspecto Comunitário 	<ul style="list-style-type: none"> • Conjunto de normas e regras além da concessão de microcrédito • Microcrédito como produto resultante do processo de concessão • Desenvolvimento do negócio • Indivíduo como executor de atividade empreendedora.
Semelhanças nos Modelos	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento dos públicos e das operações <ul style="list-style-type: none"> • Aval como garantia • Taxas reduzidas • Efetividade de retorno de valores concedidos • Desenvolvimento de acordo com o pretendido 	

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 11 representa um resumo dos modelos e conseqüentemente das operações de um mesmo tipo de empréstimo, pontuando a diversidade que somente nestes dois modelos podem surgir, utilizando apenas os dados das bibliografias aqui consultadas, demonstrando com clareza comparativa os objetivos, públicos, conceitos e operacionalização dos modelos pesquisados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa concluiu que o termo microcrédito tratado isoladamente, não é capaz de suprir todas as características que envolvem este tipo de financiamento, nem os objetivos pleiteados por quem o oferece, é possível desmistificar a padronização do termo e olhando além das terminologias dos conceitos financeiros aprofundando nos benefícios sociais que a oferta de crédito pode oferecer. Os exemplos pesquisados contribuíram de forma esclarecedora, que não basta apenas fornecer o crédito como forma de impulso social, mas sim condições para que este crédito seja melhor utilizado, seja para benefício humano ou empreendedor.

É redundante, mas fundamental ressaltar que o modelo criado pelo professor Yunus ultrapassa a barreira econômica, pois todo o projeto Grameen surgiu da necessidade deste homem em superar os meios tradicionais de praticar o desenvolvimento social por meio da economia aplicada. Saliento após esta pesquisa que o fato do Grameen ser exemplo para outros milhares de projetos ao longo do mundo, não se trata apenas da oferta de crédito, mas na forma como este crédito foi ofertado, mas principalmente no fator psicológico e emocional criado para quem participa como membro do Grameen, o que viabiliza o crescimento e o progresso dos projetos é a oportunidade ofertada para quem sempre se sentiu a margem da sociedade.

Voltando para a questão problema que originou esta pesquisa: quão distante do microcrédito praticado pelo Grameen está o microcrédito praticado atualmente pelo PNMPO? Hoje a resposta seria, muito distante, uma vez que o microcrédito praticado pelo Grameen é destinado ao desenvolvimento de pessoas, e o praticado pelo PNMPO é destinado ao empreendimento. Continuando a conceder respostas buscadas no início da pesquisa acrescento ainda que dentre as diferenças a mais ressaltada é a característica política apresentada pelo programa brasileiro uma vez que é coordenado pelo Ministério do Trabalho e que este tem como principal objetivo subsidiar a produção de pequeno porte.

As diferenças continuam ao abordarmos o público alvo, sendo do Grameen pessoas abaixo da linha da pobreza, organizadas em grupos não afins e do PNMPO voltado a empreendedores de pequeno porte, individuais ou em sistemas de aval solidário. Outra vez ressaltando o caráter de ferramenta impulsionadora para o desenvolvimento pessoal e comunitário do modelo asiático e a característica

financiadora de produção do programa brasileiro. Contudo verificamos semelhanças na operacionalização e nos sistemas de acompanhamento das operações, das pessoas e dos negócios, cada um ao seu modelo. Um é operacionalizado exclusivamente pelo próprio Grameen, através de suas agências ou centros comunitários, o outro em variadas instituições cadastradas pelo Ministério do Trabalho e conduzidas pelo agente de crédito.

Relacionamos as semelhanças e diferenças, as semelhanças partem do acompanhamento das operações, as taxas diferenciadas que reduzem o custo final da operação, passando pela efetividade no retorno, gerando baixa inadimplência e o desenvolvimento tanto da pessoa e sua comunidade no caso do Grameen e da empresa no caso do PNMPO. As diferenças salientam a exclusividade de uma única instituição que se auto mantém, desenvolve o indivíduo, sua família e a sociedade e de um programa voltado para um conjunto normatizador de regras, que busca desenvolver um negócio onde o indivíduo é o executor de uma atividade empreendedora.

Esta pesquisa, teve como principal fonte os dados qualitativos e sociais, podendo servir de base para outras com embasamento financeiro, econômico e até mesmo administrativos, o microcrédito ainda está em fase de aceitação mundial, embora tenha angariado para Yunus um prêmio Nobel da Paz. Existem muitas faces deste produto à serem descobertas e desenvolvidas, bem como os seus resultados na interação da sociedade. Por fim concluo que o microcrédito é uma porta de entrada e saída para seus beneficiários, onde saem de uma situação de exclusão social e econômica e abrem portas para o desenvolvimento futuro.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estudo Especial Panôrama do Microcrédito**. Banco Central do Brasil. [S.l.]. 2014.

BARONE, F. M. et al. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. 65 p. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf>>. Acesso em: 01 Novembro 2014.

BRASIL. LEI Nº 8.019, DE 11 DE ABRIL DE 1990. **DOU**, Brasília, 12 abr. 1990.

BRASIL. LEI No 10.735, DE 11 DE SETEMBRO DE 2003. **DOU**, Brasília, 12 set. 2003.

BRASIL. LEI Nº 11.110, DE 25 DE ABRIL DE 2005. **DOU**, Brasília, 26 abr. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/l11110.htm>.

BRASIL. DECRETO Nº 6.607, DE 21 DE OUTUBRO DE 2008. **DOU**, Brasília, 22 out. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6607.htm>. Acesso em: 01 dez. 2014.

CORDEIRO, M. C. et al. **OS IMPACTOS DO MICROCRÉDITO SOBRE A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA NA**. CEDEPLAR. DIAMANTINA - MG: [s.n.]. 2006.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A POBREZA COMO UM FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL. **RAE-eletrônica**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 12, Julho - Dezembro 2002. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1178&Secao=PÚBLICA&Volume=1&Numero=2&Ano=2002>>.

DANTAS, V. D. A. A tecnologia do microcredito produtivo orientado, Brasília, 01 Novembro 2005. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E3DC83362AC/tecnologia_do_mcpo_fomatado.pdf>. Acesso em: 2014.

FALCUCCI, G. W. **MICROCRÉDITO - Um estudo sobre sua aplicação no Brasil**. Universidade de Brasília. Brasília, p. 122. 2005.

GRAMEEN BANK INFO. **Monthly Reports - 12-2015**. Grameen Bank. [S.l.]. 2015.

IBGE - Países. **IBGE - Países**, 2015. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/paisesat/>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

MAGALHÃES, L. G.; BASTOS, J. R. D. F.; BASTOS, S. **MICROEMPREENDEDOR DE BAIXA RENDA, BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA BANCO DO POVO - APARECIDA DE GOIÂNIA**. CONVIBRA - Administração. [S.l.]: [s.n.]. 2013. p. 16.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 6ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MANGUEIRA, A. D. S. et al. **O microcrédito no Brasil e seus reflexos para o setor bancário**. PUC- RIO. Campina Grande, p. 62. 2007.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MASCARENHAS, S. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing - Edição Compacta**. 5ª. ed. [S.l.]: Elsevier, 2012. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=Fyt5AZyozlC&lpq=PT1&dq=defini%C3%A7%C3%A3o%20de%20pesquisa%20explorat%C3%B3ria&lr&hl=pt-BR&pg=PT1#v=onepage&q=defini%C3%A7%C3%A3o%20de%20pesquisa%20explorat%C3%B3ria&f=false>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

MONZONI NETO, M. P. **IMPACTO EM RENDA DO MICROCRÉDITO: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo**. FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. São Paulo, p. 195. 2006.

MOREIRA, R. ; ANTONELLO, I. T. **PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO – O MICROCRÉDITO**. Raega - **O Espaço Geográfico em Análise**, Outubro 2011. 98-123.

MTE. EDITAL DO CONCURSO DE PROJETOS SPPE/MTE Nº 2/2008. **Portal Ministério do Trabalho e Emprego**, 2008. Disponível em: <http://www2.mte.gov.br/pnmpo/ed_cproj_2_2008.pdf>. Acesso em: 25 maio 2015.

MTE. **Informações Gerenciais do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado**. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, p. 18. 2015.

MTE, P. **PMNMPO - 4º Trimestre 2014**. Ministério do Trabalho e Emprego. [S.l.]. 2015.

PESSOA, Í. N. **UMA ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO BANCO DO POVO DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA AO FORTALECIMENTO DE MICRO E PEQUENOS EMPREENDIMENTOS NO PERÍODO 2000 - 2009**. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA. Vitória da Conquista, p. 78. 2010.

PNUD Brasil - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **PNUD Brasil**, 2015. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2013.aspx>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

PORTAL do Ministério do Trabalho e Emprego. **Portal do Ministério do Trabalho e Emprego - PNMPO**, 2014. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/pnmpo/esclareca-suas-duvidas.htm#objetivos>>. Acesso em: 03 dez. 2014.

RODRIGUES, J. M. **A democratização do crédito no Brasil: A utilização do microcrédito para auxiliar o crescimento sustentável da economia**. Centro Federal de Educação Tecnológica - Celso Suckow da Fonseca. Rio de Janeiro, p. 52. 2005.

ROMÃO, M. E. C. Considerações sobre o conceito de pobreza. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, p. 355 a 370, 10 e 11 1982.

SEN, A. **Desenvolvimento Como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, R. D. A. A Liberdade nas Perspectivas Teóricas de Milton Friedman e Amartya Sen. **Ciências Sociais em Perspectiva**, Cascavel - PR, v. 10, n. 19, p. 155-168, 2º Semestre 2011. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/4816/4990>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

TORGA , E. M. M. F. O MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO HUMANO: Análise de risco das operações de microcrédito por bancos governamentais brasileiros à luz das técnicas de duração e convexidade. **Dissertação de Mestrado - UFMG**, Belo Horizonte - MG, 2012. 121 páginas.

UNITED NATIONS, DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. World Population Prospects: The 2012 Revision. **United Nations**, 2015.

Disponível em: <http://esa.un.org/wpp/unpp/panel_indicators.htm>. Acesso em: 06 jun. 2015.

VEAUVY, A. **Microcrédito como promotor de desenvolvimento social no Brasil: o caso do Banco Popular da Mulher de Campinas**. FACAMP. Campinas, p. 60. 2011.

WORLD Bank. **World Bank**, 2015. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/topic/poverty/overview#1>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

YUNUS, M.; JOLIS, A. **O banqueiro dos pobres**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2006.

YUNUS, M.; WEBER, K. **Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo**. 1. ed. Paulo: Ática, 2008.

ANEXO A – Relatório Grameen Bank Dezembro de 2014

Monthly Reports 12-2014 | Grameen Bank - Bank For Small Business

<http://www.grameen-info.org/monthly-reports-12-2014/>



[Home](#)
[About Us](#)
[Contact Us](#)
[Founder](#)
[FAQ](#)
[Foreign Money Exchange](#)
[Interest Rate](#)
[Grameen Family](#)

[Bank News](#)
[Business News](#)
[Health](#)
[Home Improvement](#)
[Structured Settlement](#)



[Home](#) > [Monthly Reports](#) > [Monthly Reports 12-2014](#)

Monthly Reports 12-2014

admin Jan 7th, 2015 0 Comment

Sl. No.	Particulars	Million US\$
1.0	Cumulative Amount Disbursed Since Inception	16,370.79
2.0	Cumulative Amount Repaid Since Inception	14,951.63
3.0	Amount Disbursed this Month	171.27
4.0	Amount Repaid this Month	157.49
5.0	Outstanding Loan	
5.1	Basic Loan	995.65
5.2	Flexible Loan (a)	101.59
5.3	Housing Loan	0.39
5.4	Education Loan	37.50
5.5	Other Loans	3.69
5.6	Total (b):	1,128.82
6.0	Rate of Recovery (c)	98.15
7.0	Total Outstanding of Borrowers Missing 5 to 9 Consecutive Installments (d)	
7.1	Basic Loan	4.33
7.2	Flexible Loan	15.83
7.3	Total :	20.16
8.0	Overdue Loan (e)	
8.1	Basic Loan (f)	7.405
8.2	Flexible Loan	12.581
8.3	Housing Loan	0.032
8.4	Other Loans	0.000
8.5	Total :	19.999
9.0	Microenterprise Loan (Cumulative)	
9.1	No. of Microenterprise Loans	6,230,574
9.2	Amount Disbursed	2,848.86
9.3	Amount Repaid	2,555.77
10.0	Balance of Deposits	
10.1	Members' Deposit	1,364.87
10.2	Non-Members' Deposit	825.73
10.3	Total :	2,190.59
11.0	Deposits to Outstanding	
11.1	Deposits as Percentage of Outstanding Loans	194
11.2	Deposits and Own Resources as Percentage of Outstanding Loans	212
11.3	% of Branches with more in Deposits than in Outstanding Loans	2,241
12.0	Beggar Members	
12.1	No. of Beggar Members	78,719
12.2	Amount Disbursed (Cumulative)	2.57
12.3	Amount Repaid (Cumulative)	2.11
12.4	Amount of Savings (Balance)	0.12
13.0	Cumulative Number of Village Phones	1428,802
14.0	Cumulative Number of Houses Built with Housing Loans	686,788
15.0	Life Insurance Fund (Cumulative)	
15.1	No. of Deaths Among all Borrowers	166,944
15.2	Amount paid out from Life Insurance Fund	5.30



Recent Posts

- [Grameen Bank gets retrospective tax break at last](#)
- [The Tools You Need to Cut Metal](#)
- [How to Grow Dill from Seed and Why You Should Plant Plenty of Extras](#)
- [How to Reinstall Garage Door End Bearings](#)
- [Tips for Decussating Your Kitchen](#)

Partner

[Herald Times - News about Herald County](#)

Visitors



Archives

- [May 2015](#)
- [April 2015](#)
- [March 2015](#)
- [February 2015](#)
- [January 2015](#)

16.0 Loan Insurance			December 2014
16.1Balance in Loan Insurance Savings	113.08		
16.2No. of Deaths Among Insured Borrowers (Cumulative)	336.131		
16.3Amount of Outstanding Principal and Interest of the Deceased Borrowers paid out from Insurance Fund (Cumulative)	51.28		November 2014
17.0 Higher Education Loan (Cumulative)			October 2014
17.1No. of Female Students	12,491		
17.2No. of Male Students	40,684		September 2014
17.3Total :	53,175		
17.4Amount Disbursed (Female)	13.38		August 2014
17.5Amount Disbursed (Male)	34.84		
17.6Total :	48.22		July 2014
18.0 Scholarship (Cumulative)			
18.1Scholarship Recipient (Female)	121,140		June 2014
18.2Scholarship Recipient (Male)	84,365		
18.3Total :	205,505		May 2014
18.4Scholarship Amount (Female)	2.81		
18.5Scholarship Amount (Male)	1.98		April 2014
18.6Total :	4.79		
19.0 Number of Members (g)			March 2014
19.1Female	8,316,996		
19.2Male	323,239		February 2014
19.3Total :	8,640,225		
20.0 Number of Groups	1,337,308		January 2014
21.0 Number of Centres	142,613		
22.0 Number of Villages	81,399		December 2013
23.0 Number of Branches	2,568		
24.0 Number of Branches with Computerized Accounting and MIS	2,568		November 2013
(a)On the last day of each month, 90 per cent provision is made against the outstanding amounts of flexible loans with age of less than two years, and 100 per cent provision is made against the outstanding amounts of flexible loans with age of two years and more. The amount of a flexible loan which completes the third year is written off exactly on the date following its completion.			October 2013
(b)This figure is not exactly equal to the difference between items 1 and 2 because of difference in conversion rates.			
(c)Amount repaid as a percentage of amount due.			July 2013
(d)If a borrower misses ten consecutive instalments, the entire outstanding loan is treated as an overdue loan.			
(e)On the last day of each month, 100 per cent provision is made against all overdue loans. Entire outstanding amount of overdue loans are written off one year after they become overdue.			June 2013
(f) In case of one-year loan, if the borrower fails to repay half the loan amount, with interest, within 26 weeks, entire unrepaid amount becomes overdue. In case of loans with longer duration, if the borrower fails to repay the total principal amount and interest scheduled to be repaid within each segment of 26 weeks, entire unrepaid amount falls overdue.			May 2013
(g)Number of members includes both Beggar Members and Higher Education Loan recipients mentioned in item no. 12.1 & 17.3 respectively.			April 2013
Note : Current Exchange Rate : 1 US\$ = Taka 77.51			March 2013
If you see this article is useful for you , please like and share it . If you want to copy this article on your site , please write source and link to this article . Thank you .			October 2012
Advertisement			September 2012
			August 2012
			April 2012
1 vote, 5.00 avg. rating (80% score)			March 2012
Retweet This Share This StumbleUpon This Digg This Bookmark This			February 2012
			November 2011
You might also like:		Advertisement	September 2011
	Grameen Bank gets retrospective tax break at last Sun, May 24th, 2015		August 2011
	The Tools You Need to Cut Metal		July 2011
			June 2011
			May 2011
			April 2011

Anexo B – Relatório 4º Trimestre PNMPO

O

R

M

N

R

**4º TRIMESTRE
DE 2014**

Informações Gerenciais do Programa

Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

(C) Edição em 04 de março de 2015

Ministério do Trabalho e Emprego

Secretaria de Políticas Públicas de Emprego

Departamento de Emprego e Salário

Coordenação-Geral de Emprego e Renda

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 2º Andar, Sala 251 - Brasília/DF, CEP: 70059-900

Tel.: (0xx61) 3317-6701

Correio Eletrônico: pnmpo@mte.gov.br

Página na internet: <http://pnmpo.mte.gov.br>

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*

SUMÁRIO

<i>Resultados Gerais</i>	7
<i>Perfil dos clientes</i>	8 a)
Distribuição dos Clientes por Gênero	8
b) Distribuição dos clientes por Situação Jurídica.	8
c) Distribuição dos clientes por Ramo de Atividades	8
d) Distribuição dos Clientes por Finalidade de Crédito	9
e) Perfil dos clientes em 2014.....	9
<i>Distribuição Geográfica</i>	10
<i>Carteira Ativa por Constituição Jurídica</i>	10
<i>Execução dos Bancos Públicos Federais</i>	11
<i>Execução das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs)</i>	13
<i>Resultados Consolidados</i>	13
<i>Considerações finais</i>	14
ANEXO I	15
<i>Nota explicativa:</i>	15
ANEXO II.....	16
GLOSSÁRIO	17

Apresentação do Programa

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) foi instituído pela Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, e tem os seguintes objetivos gerais:

- Incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares.
- Disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado.
- Oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares.

No âmbito do PNMPO, são considerados microempreendedores populares as pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 120 mil (alterado pelo Decreto nº 6.607 de 21/10/2008).

O microcrédito produtivo orientado é o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado, ainda, que:

- O atendimento ao empreendedor deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;
- O contato com o empreendedor deve ser mantido durante o período do contrato de acerto, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; e

- O valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este.

Para subsidiar a coordenação e a implementação do Programa, foi criado o Comitê Interministerial do PNMPO, que é composto por representantes dos Ministérios do Trabalho e Emprego, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Resultados Gerais

No quarto trimestre de 2014, as instituições integrantes do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) ofertaram um volume total de crédito de R\$ 3.157.801.869,04 que, se comparado ao mesmo período do ano anterior, apresentou uma retração de 12,56%. Esse volume também foi 0,75% superior ao executado no 3º trimestre de 2014.

Entre outubro e dezembro de 2014, foram realizadas 1.427.972 operações de microcrédito, atendendo 1.407.481 clientes.

A Carteira Ativa¹ atingiu, em 31/12/2014, o montante de R\$ 7.113.145.202,81.

Tabela 1 – Execução Geral do PNMPO no 4º Trimestre de 2014

Constituição Jurídica	Valor Concedido	%	Contratos Realizados	%	Clientes Atendidos	%
	23.444.165,63	0,74	6.591	0,46	6.591	0,47
Agência de Fomento						
Banco de	2.083.888.542,83	65,99	1.073.088	75,15	1.075.154	76,39
Desenvolvimento						
Cooperativa	65.518.158,17	2,07	7.376	0,52	7.315	0,52
de Crédito						
	859.949.125,07	27,23	315.039	22,06	280.639	19,94
IFO - Instituição Financeira Operadora						
	81.254.276,99	2,57	19.286	1,35	22.270	1,58
OSCIP						
SCM	43.747.600,35	1,39	6.592	0,46	15.512	1,10
TOTAL	3.157.801.869,04	100,00	1.427.972	100,00	1.407.481	100,00

¹ A carteira ativa, que representa o saldo a receber dos valores emprestados, reflete a capacidade de colocação do microcrédito no âmbito das operações realizadas pelas entidades habilitadas.

Quadro 1- Comparativos Temporais da Execução do PNMP – 2014 e 2013

Comparativos Temporais	Valores em R\$ (a preços correntes)					Variações (em %)		
	4º Trimestre de 2014	3º Trimestre de 2014	2º Trimestre de 2014	1º Trimestre de 2014	Acumulado em 2014 (jan-dez)	4º tri 2014 / 3º Tri 2014	4º Tri 2014 / 4º Tri 2013	Acumulado 2014 / Acumulado 2013
Valor Concedido	3.157.801.869,04	3.134.140.762,49	2.909.869.833,94	2.444.503.667,12	11.646.316.132,59	0,75	-12,56	14,60
Contratos Realizados	1.427.972	1.496.559	1.464.019	1.278.737	5.667.287,00	-4,58	-26,03	-0,80
Cientes Atendidos	1.407.481	1.447.502	1.434.950	1.237.622	5.527.555,00	-2,76	-24,50	-2,43

Perfil dos clientes

Os clientes das instituições de microcrédito produtivo orientado estão distribuídos segundo gênero, situação jurídica, ramo de atividade, finalidade de aplicação do microcrédito, constituição jurídica e por distribuição geográfica.

a) Distribuição dos Clientes por Gênero

A Tabela 2 revela a distribuição dos clientes por gênero, mostrando a forte presença das mulheres como principal perfil de público atendido, as quais representam 61,68% do valor concedido e 64,32% dos clientes atendidos no 4º trimestre de 2014. Esses percentuais são bem próximos dos observados para execução consolidada ao longo de 2014: 61% dos valores concedidos foram para mulheres e 63,87% dos clientes atendidos foram do sexo feminino.

Tabela 2 - Clientes do PNMP por Gênero – 4º Trimestre de 2014.

Gênero	Clientes Ativos em 31/12/2014	Clientes Atendidos no 4º Trimestre de 2014	Valor Concedido (em R\$)
Mulher	2.191.311	61,31%	905.321
Homem	1.382.653	38,69%	502.160
TOTAL	3.573.964	100,00%	1.407.481

b) Distribuição dos clientes por situação jurídica.

A tabela 3 apresenta a distribuição dos clientes por situação jurídica. Os dados mostram que os empreendedores informais representam 96,67% dos clientes atendidos no 4º trimestre de 2014, percentual muito próximo ao observado para a execução agregada ao longo de 2014: 96,14% dos clientes atendidos eram informais.

Tabela 3 - Clientes do PNMP por Situação Jurídica – 4º Trimestre de 2014

Situação Jurídica	Clientes Ativos em 31/12/2014	Clientes Atendidos no 4º Trimestre de 2014	Valor Concedido (em R\$)
Formais	205.898	5,76%	46.910
Informais	3.368.066	94,24%	1.360.571
TOTAL	3.573.964	100,00%	1.407.481

c) Distribuição dos clientes por ramo de atividades

Quanto à distribuição dos clientes por ramos de atividades, observa-se uma considerável concentração de demandantes de microcrédito que operam no comércio (74,24% do total de clientes atendidos), como revela a tabela 4. Esse percentual é superior ao observado para a execução agregada ao longo de 2014: 68,36% dos clientes atendidos eram ligados a atividades comerciais.

Tabela 4 - Clientes do PNMPO por Ramos de Atividade – 4º Trimestre de 2014

Ramo de Atividade	Clientes Ativos em 31/12/2014		Clientes Atendidos no 4º Trimestre de 2014		Valor Concedido (em R\$)	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Valor	%
Agricultura	12.241	0,34%	2.356	0,17%	11.819.087,04	0,37%
Comércio	1.915.111	53,59%	1.044.981	74,24%	2.091.879.531,34	66,24%
Indústria	64.141	1,79%	25.520	1,81%	69.197.051,40	2,19%
Serviços	231.516	6,48%	88.342	6,28%	273.279.831,03	8,65%
Outros	1.350.955	37,80%	246.282	17,50%	711.626.368,23	22,54%
TOTAL	3.573.964	100,00%	1.407.481	100,00%	3.157.801.869,04	100,00%

d) Distribuição dos Clientes por Finalidade de Crédito

A grande maioria dos clientes atendidos no 4º trimestre de 2014 (89,22% do total) demandou microcrédito para a composição/recomposição do capital de giro. Apenas 7,70% do total de clientes atendidos no período demandaram microcrédito para investimento. Ambos os percentuais estão muito próximos do observado para a execução agregada ao longo de 2014.

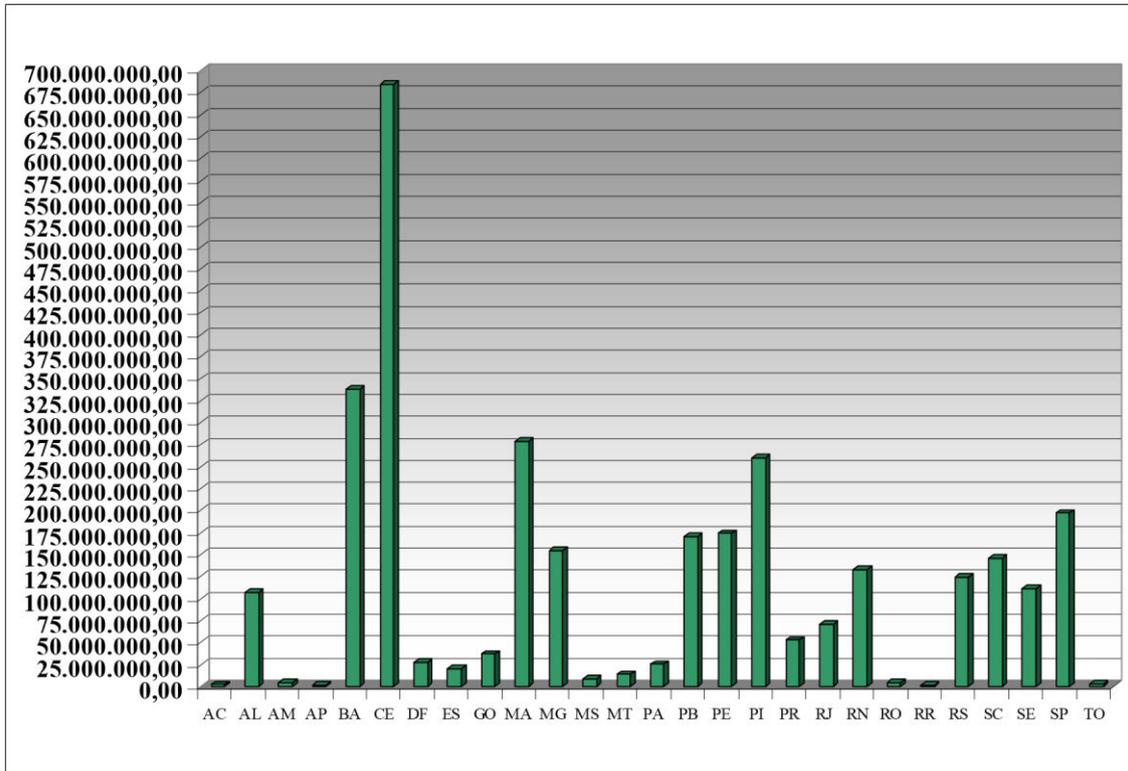
Tabela 5 - Clientes do PNMPO por Finalidade de Crédito – 4º Trimestre de 2014

Finalidade do Crédito	Clientes Ativos em 31/12/2014		Clientes Atendidos no 4º Trimestre de 2014		Valor Concedido (em R\$)	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Valor	%
Capital de Giro	2.847.504	79,67%	1.255.728	89,22%	2.691.723.541,68	85,24%
Investimento	462.736	12,95%	108.443	7,70%	312.811.645,66	9,91%
Misto	263.724	7,38%	43.310	3,08%	153.266.681,70	4,85%
TOTAL	3.573.964	100,00%	1.407.481	100,00%	3.157.801.869,04	100,00%

Distribuição Geográfica

O gráfico 1 apresenta o volume de microcrédito concedido por Unidade Federativa. É expressiva a quantidade de recursos alocados nos Estados nordestinos: o volume de microcrédito ofertado na Região Nordeste respondeu por 71,64% do volume total de microcrédito concedido no 4º trimestre de 2014. Essa concentração relativa na Região Nordeste deve-se, principalmente, à operação do BNB, que é o maior ofertante de microcrédito produtivo orientado.

Gráfico 1 – Distribuição Geográfica do Volume de Crédito Concedido pelo PNMPO – 4º Trimestre de 2014



Carteira Ativa por Constituição Jurídica

O maior volume ofertado de microcrédito produtivo orientado está concentrado nas Instituições Financeiras Operadoras (com 54,03% do total da carteira ativa) e nos Bancos de Desenvolvimento (que respondem por 37,32% do total da carteira ativa).

Tabela 6 – Carteira Ativa por Constituição Jurídica - 4º trimestre de 2014

Constituição Jurídica	Valor da Carteira Ativa em 31/12/2014 (em R\$ a preços correntes)	%	Clientes Ativos em 31/12/2014	%
Agência de Fomento	53.853.544,97	0,76%	19.138	0,54%
Banco de Desenvolvimento	2.654.757.918,28	37,32%	1.862.239	52,22%
Cooperativa de Crédito	279.434.373,84	3,93%	39.351	1,10%
IFO - Instituição Financeira Operadora	3.842.885.997,61	54,03%	1.517.411	42,55%
OSCIP	186.682.874,35	2,62%	64.553	1,81%
SCM	95.530.493,76	1,34%	63.127	1,77%
TOTAL	7.113.145.202,81	100,00%	3.565.819	100,00%

Execução dos Bancos Públicos Federais

No 4º trimestre de 2014, o Banco do Nordeste do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia responderam por R\$ 2,860 bilhões ofertados no PNMPO, o que equivale a 90,57% do volume total de microcrédito concedido no período. Ao longo de 2014, os bancos públicos federais ofertaram R\$ 10,523 bilhões em microcrédito produtivo orientado, o que responde por 90,35% do montante total de microcrédito ofertado. Os valores de 2014 representam uma expansão de 16% em relação ao observado para 2013.

Quadro 2 – Execução do PNMPO pelos Bancos Públicos Federais – 4º Trimestre de 2014

	Período	Recursos Emprestados (em R\$ a preços correntes)	Contratos Realizados	Cientes Atendidos
	Banco da Amazônia (BASA)	out-dez 2014	17.946.651,77	2.597
	jul-set 2014	17.395.425,90	2.709	9.659
	abr-jun 2014	17.575.256,27	2.955	10.703
	jan-mar 2014	15.937.527,30	2.592	9.705
	2014	68.854.861,24	10.853	39.663
	out-dez 2013	22.551.643,25	3.297	13.187
	jul-set 2013	15.388.491,83	2.318	9.272
	abr-jun 2013	14.702.216,92	2.342	9.368
	jan-mar 2013	10.193.630,58	1.634	6.533
	2013	62.835.982,58	9.591	38.360
	out-dez 2012	11.605.193,00	1.958	7.832
	jul-set 2012	7.125.575,35	1.293	5.172
	abr-jun 2012	8.091.829,06	1.379	5.515
	jan-mar 2012	5.389.773,23	1.077	4.305
	2012	32.212.370,64	5.707	22.824
Banco do Nordeste do Brasil	Período	Recursos Emprestados (em R\$ a preços correntes)	Contratos Realizados	Cientes Atendidos
	out-dez 2014	2.083.888.542,83	1.073.088	1.075.154
	jul-set 2014	1.732.621.600,61	947.471	944.468
	abr-jun 2014	1.822.226.326,00	988.602	979.669
	jan-mar 2014	1.486.107.989,87	862.747	855.628
	2014	7.124.844.459,31	3.871.908	3.854.919
	out-dez 2013	1.697.597.607,83	958.275	896.333
	jul-set 2013	1.404.369.586,68	840.941	824.845
	abr-jun 2013	1.488.397.553,44	881.403	852.846
	jan-mar 2013	1.169.691.722,10	732.811	732.234
	2013	5.760.056.470,05	3.413.430	3.306.258
	out-dez 2012	1.342.996.928,36	833.886	833.278
	jul-set 2012	1.015.007.189,32	673.974	743.880
	abr-jun 2012	1.116.665.121,79	744.509	743.880
	jan-mar 2012	845.524.725,24	591.652	590.377
	2012	4.320.193.964,71	2.844.021	2.911.415
Caixa Econômica Federal	Período	Recursos Emprestados (em R\$ a preços correntes)	Contratos Realizados	Cientes Atendidos
	out-dez 2014	224.149.761,72	118.183	83.117
	jul-set 2014	216.896.667,94	135.777	94.605

	abr-jun 2014	222.148.279,06	166.432	131.290
	jan-mar 2014	484.660.390,51	251.391	196.867
	2014	1.147.855.099,23	671.783	505.879
	out-dez 2013	1.000.185.880,78	455.562	455.562
	jul-set 2013	419.449.049,89	199.699	199.699
	abr-jun 2013	331.656.175,31	182.693	182.693
	jan-mar 2013	172.658.756,67	119.057	119.057
	2013	1.923.949.862,65	957.011	957.011
	out-dez 2012	154.838.605,05	80.520	80.520
	jul-set 2012	155.303.779,21	46.558	46.558
	abr-jun 2012	Não informado	Não informado	Não informado
	jan-mar 2012	Não informado	Não informado	Não informado
2012	310.142.384,26	127.078	127.078	
Banco do Brasil	Período	Recursos Emprestados (em R\$ a preços correntes)	Contratos Realizados	Cientes Atendidos
	out-dez 2014	534.336.937,00	175.685	169.352
	jul-set 2014	891.517.122,00	352.233	339.060
	abr-jun 2014	551.503.526,00	245.796	236.439
	jan-mar 2014	204.776.437,00	109.332	106.714
	2014	2.182.134.022,00	883.046	851.565
	out-dez 2013	638.557.850	456.338	426.056
	jul-set 2013	133.630.500	126.649	123.319
	abr-jun 2013	236.676.215	225.266	220.783
	jan-mar 2013	314.361.309	285.891	280.918
	2013	1.323.225.874,00	1.094.144,00	1.051.076,00
	out-dez 2012	618.071.339,98	477.124	460.320
	jul-set 2012	56.511.514,66	30.429	29.600
	abr-jun 2012	43.123.941,09	14.310	13.738
	jan-mar 2012	45.333.695,43	15.978	15.484
2012	763.040.491,16	537.841	519.142	

Execução das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs)

No 4º trimestre de 2014, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público responderam por R\$ 81,254 milhões ofertados no PNMPO, o que equivale a 2,57 % do volume total de microcrédito concedido no período. O volume de microcrédito ofertado pelas OSCIPs em 2014 foi de 314,9 milhões, resultado esse que é 37,97% inferior ao verificado no exercício de 2013.

Quadro 3 – Execução do PNMPO pelas OSCIPs – 4º Trimestre de 2014

Organizações da Sociedade Civil	Período	Recursos Emprestados (em R\$ a preços correntes)	Contratos Realizados	Cientes Atendidos
	out-dez 2014	81.254.276,99	19.286	22.270
	jul-set 2014	89.077.973,45	24.820	28.349
	abr-jun 2014	78.210.258,98	23.026	25.454
	jan-mar 2014	66.423.832,12	19.964	21.967

de Interesse Público - OSCIPs	2014	314.966.341,54	87.096	98.040
	out-dez 2013	103.950.675,29	25.511	43.092
	jul-set 2013	98.574.706,07	22.887	38.363
	abr-jun 2013	165.576.935,81	40.390	70.967
	jan-mar 2013	139.689.164,83	38.415	60.685
	2013	507.791.482,00	127.203	213.107
	out-dez 2012	110.719.452,15	35.385	44.652
	jul-set 2012	145.277.551,21	41.114	66.009
	abr-jun 2012	151.311.242,06	42.465	68.022
	jan-mar 2012	131.795.707,60	39.487	59.387
	2012	539.103.953,02	158.451	238.070

Resultados Consolidados

A tabela 7 apresenta a execução do PNMPO desde 2008. A partir de então, já foram realizadas mais de 22,63 milhões de operações de microcrédito, representando um volume concedido superior a R\$ 46 bilhões (em valores atualizados).

Tabela 7 – Execução Histórica Consolidada do PNMPO – 2008 a 2014

Ano	Número de Operações de Microcrédito Realizadas	Variação Anual	Valores nominais concedidos (em R\$)	Valores atualizados* concedidos (em R\$)
2008	1.280.680		1.825.147.592,77	2.721.343.562,17
2009	1.620.656	26,55%	2.323.599.790,69	3.253.708.710,65
2010	1.966.718	21,35%	2.998.623.914,48	4.033.173.407,76
2011	2.576.559	31,01%	4.098.289.416,62	5.177.263.453,12
2012	3.814.781	48,06%	6.504.785.890,40	7.746.350.358,27
2013	5.713.091	49,76%	10.162.675.000,69	11.395.874.298,72
2014	5.667.287	-0,80%	11.646.316.132,59	12.371.683.640,28
TOTAL	22.639.772		39.559.437.738,24	46.699.397.430,96

* Valores atualizados monetariamente pelo INPC/IBGE.

Considerações finais

Os números referentes à execução do PNMPO são resultado da construção pelo MTE de um sistema de coleta de informações sobre o microcrédito e, principalmente, do esforço coletivo de toda a rede de organizações habilitadas ao Programa Nacional. Para maiores informações sobre o microcrédito e a rede de atendimento, basta acessar o site:

<http://portal.mte.gov.br/pnmpo/>

ANEXO I

TABELA DE DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

TABELA DE DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Operações de microcrédito realizadas por Estado - 4º Trimestre de 2014.

UF	Contratos Realizados		Clientes Atendidos		Valor Concedido	
AC	744	0,05%	1.147	0,08%	2.205.125,74	0,07%
AL	53.564	3,76%	54.051	3,84%	106.745.865,55	3,39%
AM	1.236	0,09%	1.736	0,12%	4.132.822,98	0,13%
AP	418	0,03%	401	0,03%	1.346.819,09	0,04%
BA	153.372	10,75%	152.059	10,82%	337.698.196,94	10,73%
CE	394.830	27,68%	395.168	28,11%	684.597.787,83	21,74%
DF	10.643	0,75%	8.574	0,61%	27.225.151,94	0,86%
ES	7.361	0,52%	6.697	0,48%	20.312.370,29	0,65%
GO	14.530	1,02%	11.918	0,85%	36.780.517,98	1,17%
MA	107.116	7,51%	110.222	7,84%	278.664.519,98	8,85%
MG	71.712	5,03%	67.788	4,82%	154.388.215,43	4,90%
MS	3.114	0,22%	3.007	0,21%	9.033.297,61	0,29%
MT	4.408	0,31%	4.241	0,30%	13.721.819,34	0,44%
PA	5.555	0,39%	11.120	0,79%	25.210.503,04	0,80%
PB	84.921	5,95%	84.940	6,04%	170.403.021,99	5,41%
PE	80.412	5,64%	79.465	5,65%	173.823.964,48	5,52%
PI	132.246	9,27%	134.911	9,60%	260.087.161,19	8,26%
PR	17.556	1,23%	15.533	1,10%	52.518.254,86	1,67%
RJ	26.368	1,85%	19.036	1,35%	70.902.671,12	2,25%
RN	64.641	4,53%	63.556	4,52%	132.950.033,85	4,22%
RO	1.418	0,10%	1.668	0,12%	4.548.767,23	0,14%
RR	396	0,03%	365	0,03%	1.057.092,35	0,03%
RS	31.733	2,22%	29.454	2,10%	124.158.384,92	3,94%
SC	32.629	2,29%	30.071	2,14%	145.324.394,06	4,62%
SE	48.513	3,40%	52.988	3,77%	110.692.641,80	3,52%
SP	75.746	5,31%	64.597	4,60%	196.804.094,09	6,25%
TO	1.126	0,08%	1.097	0,08%	3.106.999,49	0,10%
TOTAL	1.426.308	100,00%	1.405.810	100,00%	3.148.440.495,17	100,00%

Nota explicativa:

As divergências encontradas entre os valores totais de crédito concedido, operações realizadas e clientes atendidos nas tabelas de distribuição geográfica, perfil de clientes e execução geral do PNMPO devem-se ao fato de que apenas algumas instituições declaram, no sistema do MTE, todos os dados de perfil de cliente e de localização geográfica.

ANEXO II

TABELA DO QUANTITATIVO DE INSTITUIÇÕES HABILITADAS PELO MTE A OPERAR NO ÂMBITO DO PNMPO

Constituição Jurídica	Instituições Habilitadas junto ao MTE
Agência de Fomento	10
Banco Cooperativo	1
Banco de Desenvolvimento	4
Cooperativa Central de Crédito	7
Cooperativa de Crédito	292
IFO - Instituição Financeira Operadora	12
OSCIPI	161
SCM	26
Sociedades Operadoras de MPO	2
TOTAL	515

Data de Referência: 04/03/2015.

GLOSSÁRIO

APL	Arranjos Produtivos Locais
BB	Banco do Brasil
BACEN ou BCB	Banco Central do Brasil
BN ou BNB	Banco do Nordeste
BASA	Banco da Amazônia
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
IFOF	Instituição Financeira Oficial Federal
MPO	Microcrédito Produtivo Orientado
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PDE	Programação Anual da Aplicação de Depósitos Especiais do FAT. A PDE é aprovada, anualmente, por meio de Resolução, pelo CODEFAT e contém os limites de recursos disponíveis para aplicação no PROGER
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SPREAD	Diferença entre o custo de captação e a taxa de juros de aplicação, cobrada dos tomadores de crédito pelos bancos
TJLP	Taxa de juros de longo prazo fixada pelo Banco Central do Brasil
UF	Unidade da Federação



FAT
AMPARO AO
TRABALHADOR

Ministério do
Trabalho e Emprego

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

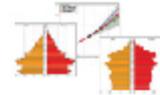
Anexo C – Projeção Populacional Brasil

06/06/2015

World Population Prospects, the 2012 Revision



United Nations, Department of Economic and Social Affairs
Population Division, Population Estimates and Projections Section



[United Nations](#) [DESA](#) [Population Division](#) [About Us](#) [Publications](#) [Meetings](#) [Contact](#)

[Home](#)

[Publications](#)

[Frequently Asked Questions](#)

[PowerPoint Presentations](#)

[Data](#)

[Order the DVDs](#)

[Tables in EXCEL-Format](#)

[Population](#)

[Fertility](#)

[Mortality](#)

[Migration](#)

[Interpolated Data](#)

[Special Aggregates](#)

[On-line Database](#)

[Population](#)

[Detailed Indicators](#)

[Documentation](#)

[Definition of Regions](#)

[Data Sources](#)

[Glossary of Demographic Terms](#)

[Methodology](#)

[Fertility: Probabilistic Projections](#)

[Fertility-Change Model Plots](#)

[Prob. Projections Plots](#)

[Fertility Maps](#)

[Documentation](#)

[Prob. Projections Data](#)

[Life Exp: Probabilistic Projections](#)

[Life Exp Change Model Female Plots](#)

[Prob. Proj Female Plots](#)

[Prob. Proj Male Plots](#)

[Prob. Proj Female-Male Gap Plots](#)

[Prob. Proj Female-Male Comparison Plots](#)

[Life Expectancy Maps: Female](#)

[Life Expectancy Maps: Male](#)

[Documentation](#)

[Prob. Projection Data: Female](#)

[Prob. Projection Data: Male](#)

[Research](#)

[UN Model Life Tables](#)

[Life Table Data](#)

[Analyses: Lexis-Plots](#)

[Analyses: Scatter-Plots](#)

[Analyses: Age-specific Mortality](#)

[Other Information](#)

[World Urbanization Prospects](#)

[Publications: 2010 Revision](#)

[Prob. Projections: 2010 Revision](#)

Source: Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, *World Population Prospects: The 2012 Revision*, <http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm>

For definition of variables, check the link [Glossary of Demographic Terms](#)
Saturday, June 06, 2015; 7:27:22 PM

Brazil

Population by sex (thousands)

Medium variant

2010-2015

Year	Both sexes combined	Male	Female
2010	195 210	96 101	99 109
2011	196 935	96 913	100 022
2012	198 656	97 723	100 933
2013	200 362	98 526	101 836
2014	202 034	99 312	102 721
2015	203 657	100 074	103 583

<http://esa.un.org/unpd/wpp/unppp2k0data.asp>

1/2

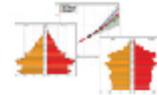
Anexo D - Projeção Populacional Bangladesh

06/06/2015

World Population Prospects, the 2012 Revision



United Nations, Department of Economic and Social Affairs
Population Division, Population Estimates and Projections Section



[United Nations](#) [DESA](#) [Population Division](#) [About Us](#) [Publications](#) [Meetings](#) [Contact](#)

[Home](#)

[Publications](#)

[Frequently Asked Questions](#)

[PowerPoint Presentations](#)

[Data](#)

[Order the DVDs](#)

[Tables in EXCEL-Format](#)

[Population](#)

[Fertility](#)

[Mortality](#)

[Migration](#)

[Interpolated Data](#)

[Special Aggregates](#)

[On-line Database](#)

[Population](#)

[Detailed Indicators](#)

[Documentation](#)

[Definition of Regions](#)

[Data Sources](#)

[Glossary of Demographic Terms](#)

[Methodology](#)

[Fertility: Probabilistic Projections](#)

[Fertility-Change Model Plots](#)

[Prob. Projections Plots](#)

[Fertility Maps](#)

[Documentation](#)

[Prob. Projections Data](#)

[Life Exp: Probabilistic Projections](#)

[Life Exp Change Model Female Plots](#)

[Prob. Proj Female Plots](#)

[Prob. Proj Male Plots](#)

[Prob. Proj Female-Male Gap Plots](#)

[Prob. Proj Female-Male Comparison Plots](#)

[Life Expectancy Maps: Female](#)

[Life Expectancy Maps: Male](#)

[Documentation](#)

[Prob. Projection Data: Female](#)

[Prob. Projection Data: Male](#)

[Research](#)

[UN Model Life Tables](#)

[Life Table Data](#)

[Analyses: Lexis-Plots](#)

[Analyses: Scatter-Plots](#)

[Analyses: Age-specific Mortality](#)

[Other Information](#)

[World Urbanization Prospects](#)

[Publications: 2010 Revision](#)

[Prob. Projections: 2010 Revision](#)

Source: Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat,
World Population Prospects: The 2012 Revision, <http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm>

For definition of variables, check the link [Glossary of Demographic Terms](#)
Saturday, June 06, 2015; 7:44:09 PM

Bangladesh
Population by sex (thousands)
Medium variant
2010-2015

Year	Both sexes combined	Male	Female
2010	151 125	76 735	74 391
2011	152 862	77 505	75 358
2012	154 695	78 347	76 348
2013	156 595	79 240	77 355
2014	158 513	80 150	78 363
2015	160 411	81 048	79 363